

cR

Centro
de Referência
Paulo Freire

**Este documento faz parte do acervo
do Centro de Referência Paulo Freire**

acervo.paulofreire.org



InstitutoPauloFreire

Este livro foi disponibilizado pelo(a) autor(a) para **fins educacionais, não comerciais**, sob a licença Creative Commons 3.0 by-nc-nd. Pode ser acessado e copiado a partir do site do **Instituto Paulo Freire** (<http://www.paulofreire.org>), seção Editora e Livraria Instituto Paulo Freire e Centro de Referência Paulo Freire.

Com a licença Creative Commons Atribuição-Uso Não-Comercial-Vedada a Criação de Obras Derivadas 3.0 Brasil (by-nc-nd),

Você tem a liberdade de:



Compartilhar — copiar, distribuir e transmitir a obra.

Sob as seguintes condições:



Atribuição - Você deve creditar a obra da forma especificada pelo autor ou licenciante (mas não de maneira que sugira que estes concedem qualquer aval a você ou ao seu uso da obra).



Uso não-comercial - Você não pode usar esta obra para fins comerciais.



Vedada a criação de obras derivadas - Você não pode alterar, transformar ou criar em cima desta obra.

Para mais informações sobre a licença, acesse:

<http://creativecommons.org/licenses/by-nc-nd/3.0/br/>

Este livro pertence ao catálogo da Editora e Livraria Instituto Paulo Freire. Caso tenha interesse em adquiri-lo em sua versão impressa, favor entrar em contato com:

Ed,L

Editora e Livraria
Instituto
Paulo Freire

Cerro Corá, 550 | Lj. 01 | Alto da Lapa
05061-100 | São Paulo | SP | Brasil
T/F: 11 3021 1168
editora@paulofreire.org
livraria@paulofreire.org
www.paulofreire.org



2 Série Educação Popular

Ed,L

CULTURA REBELDE

Escritos sobre a Educação Popular ontem e agora

Carlos Rodrigues Brandão
Raiane Assumpção

CULTURA REBELDE
ESCRITOS SOBRE A EDUCAÇÃO POPULAR
ONTEM E AGORA

Carlos Rodrigues Brandão
Raiane Assumpção

Ed,L

Editora e Livraria
Instituto
Paulo Freire

CULTURA REBELDE
ESCRITOS SOBRE A EDUCAÇÃO POPULAR
ONTEM E AGORA

Carlos Rodrigues Brandão
Raiane Assumpção

São Paulo, 2009

Editora e Livraria Instituto Paulo Freire
Rua Cerro Corá, 550 | Lj. 01 | 05061-100
São Paulo | SP | Brasil
T: 11 3021 1168
editora@paulofreire.org | livraria@paulofreire.org
www.paulofreire.org

Ed,L

Editora e Livraria
Instituto
Paulo Freire

Instituto Paulo Freire

Moacir Gadotti	Presidente do Conselho Deliberativo
Alexandre Munck	Diretor Administrativo-Financeiro
Ângela Antunes	Diretora Pedagógica
Paulo Roberto Padilha	Diretor de Desenvolvimento Institucional
Salete Valesan Camba	Diretora de Relações Institucionais
Raiane P. S. Assumpção	Coordenadora de Educação Popular
Carlos Rodrigues Brandão e Raiane Assumpção	Autores
Janaina Abreu	Coordenadora Editorial
Sonia Couto S. Feitosa	Secretária de Política Editorial
Lina Rosa	Preparação de Originais
Flávia Landgraf	Pesquisa Bibliográfica
Maurício Ayer	Revisor
Kollontai Diniz	Capa e projeto gráfico
Alex Nascimento	Diagramação e Arte-final
Cromossete	Impressão

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Brandão, Carlos Rodrigues
Cultura rebelde: escritos sobre a educação popular ontem e agora / Carlos Rodrigues Brandão e Raiane Assumpção. – São Paulo: Editora e Livraria Instituto Paulo Freire, 2009. – (Educação popular)

Bibliografia
ISBN 978-85-61910-29-7

1. Educação popular 2. Educação popular – Filosofia
I. Assumpção Raiane II. Título III. Série

09-03087

CD-370.115

Índices para catálogo sistemático:

1. Educação popular
370.115

Copyright 2009 © Editora e Livraria Instituto Paulo Freire

Sumário

Apresentação – Algumas palavras sobre ontem e agora

1. – A educação como cultura popular: princípios, procedimentos e intencionalidades..... 11

2. – Pressupostos históricos da educação popular: de ontem para agora..... 39

3. – A radicalidade da Cultura Rebelde: parte da história da educação popular no Brasil..... 47

3.1. – A permanência da Cultura Rebelde: memórias, reflexões e contribuições da cultura popular dos anos 60 para hoje

3.2. – Uma proposta fundada em uma concepção contra-hegemônica: a cultura popular e o trabalho político por meio da educação e da arte

4. – Cultura Rebelde hoje – o sentido da educação popular.....	73
5. – Considerações acerca da Cultura Rebelde em tempos de fluidez.....	83
Bibliografia.....	101

Apresentação

ALGUMAS PALAVRAS SOBRE ONTEM E AGORA

Ao escrevermos sobre um tema já bastante trabalhado, desde pelo menos os anos de 1960, mas que nos parece sempre presente e atual – a educação e a cultura popular – tomamos como referência documentos, escritos, vivências, memórias e práticas vividas, pensadas e dialogadas ao longo de vários anos.

Inspirados nos pensamentos da filósofa e professora Marilena Chauí (1993) que lembra as diferenças presentes nas relações constituídas pelo saber e pelo sentido, e existentes entre quem fala e escreve a partir de um poder dominante estabelecido e quem faz a sua crítica e busca outras alternativas –, é que fizemos este livro. Chauí retoma uma passagem do pensador Karl Marx (1932), que lembra que as ideias dominantes de uma sociedade são as ideias da sua classe dominante, para recordar que a tarefa

daqueles que geram e divulgam as suas ideias, imagens e valores pode ser bastante fácil se eles falam o que se imagina que se espera ouvir. É mais fácil ser persuadido por um belo e sonoro engodo do que escavar em busca de uma verdade nunca evidente, sobretudo em uma sociedade dominada por meios de comunicação sempre prontos a decorar o falseamento da realidade com as vestes de que se reveste a aparência de feliz ou inevitável normalidade da vida cotidiana e da história humana.

Em direção oposta, Chauí relembra as difíceis tarefas de quem se dispõe a trabalhar em nome *de* ou a partir *da* construção social de outras formas de sentir o que se vive, de perceber o que se sente, de compreender o que se percebe e de, a partir do que passa a compreender, lançar-se a fazer algo para transformar a própria vida e o mundo de suas representações.

Em primeiro lugar, é necessário realizar a complexa desmontagem do senso comum quando se pensa a própria sociedade. Em segundo lugar, é preciso desvelar e denunciar uma ilusória – mas quase sempre bastante convincente – aparência de coerência entre a realidade da vida e a verdade dos fatos, que constitui, em todos os seus planos, a ideia de que “o que está aí” é normal, desejável, ainda que transitoriamente imperfeito, necessário e inevitável. Essa suposta coerência oficial que torna aceitável a barbárie cotidiana, fundamenta o discurso do poder da ordem, ou

da ordem do poder estabelecido sobre princípios de desigualdade, restrição da liberdade, exclusão social, discriminação de pessoas e de grupos humanos e inculcamento de saberes e valores entre culturas.

Estes saberes e valores estão presentes tanto no que o educador Paulo Freire (1921-1997) denunciava, há mais de quarenta anos, como a educação bancária quanto na programação diária da maior parte dos canais de televisão, que repete e finge inovar uma conhecida e repetida retórica carregada de argumentos que justificam ponto por ponto o “estado atual das coisas”. Ou que, mesmo quando reconhecem que não vivemos ainda no “melhor dos mundos”, nada ou muito pouco pode ser feito.

Nesta publicação, retomamos o papel e o sentido histórico da educação popular: como resistência e oposição ao *status quo*. Apresentando os pressupostos históricos – por meio de pesquisas e publicações sobre o assunto – que nos deram suporte para definirmos, a partir do sentido e das práticas, a concepção de educação popular como construtora de uma Cultura Rebelde, que transcende o tempo e o espaço, portanto o ontem e o agora. Os capítulos são constituídos por reflexões sobre os fundamentos teóricos e metodológicos da concepção de educação popular aqui defendida, a partir das vivências históricas: os desafios, a intencionalidade e as formas atuação. O diálogo e a reflexão a respeito dessas questões permanecem

relevantes também na atualidade, na medida em que compreendemos que a educação popular ainda não cumpriu a sua intenção: a de propiciar a humanização e a libertação dos sujeitos que sofrem com as opressões políticas, econômicas e culturais. É essa proposta que nos motivou, e continua nos motivando, a realizar e consolidar ações e procedimentos para fortalecer as iniciativas populares da sociedade civil, considerando a diversidade e a particularidade dos envolvidos, para enfrentar as opressões e as restrições impostas pelo Estado brasileiro e pela estrutura e dinâmica da sociedade contemporânea.

Carlos Rodrigues Brandão



A EDUCAÇÃO COMO CULTURA POPULAR: PRINCÍPIOS, PROCEDIMENTOS E INTENCIONALIDADES

Ao longo da existência da educação popular no Brasil, inúmeros sentidos lhe foram atribuídos como também foram diversas as compreensões a seu respeito. Olhando para o percurso da sua história pudemos encontrar pelo menos quatro diferentes sentidos:

- 1) como a *educação da comunidade primitiva*, anterior à divisão social do saber;
- 2) como a *educação do ensino público*;
- 3) como a *educação das classes populares*;
- 4) como a *educação da sociedade igualitária*.

Aqui, consideramos dois sentidos usuais para a *educação popular*. Primeiro, enquanto processo geral de reconstrução do saber social necessário, como *educação da comunidade* e, segundo, como trabalho político de luta pelas transformações sociais, como emancipação dos sujeitos, democratização e justiça social. Mas o que dizer de inúmeras expressões que se desdobram a partir de meados dos anos 1940: alfabetização de adultos, alfabetização funcional, educação de adultos, educação fundamental, educação comunitária, educação permanente, educação não-formal, educação de base, educação popular?

No início do século 20, não apenas no Brasil, mas também em outros países do continente em que os processos iniciais de industrialização-urbanização alteraram aspectos relevantes do quadro de relações de classes, houve uma série de iniciativas e acontecimentos que devem ser tomados como o ponto de partida para as respostas à pergunta acima. Queremos iniciar nossa discussão de antes desse momento histórico, não tanto para apresentar um fio lógico, mas para discutir uma ideia que nos parece muito útil para explicar como relações entre teorias, propostas e práticas de educação que, aparentemente, se sucedem umas às outras, efetivamente se transformam, conflitam e entre si concorrem de acordo com interesses, premissas e projetos, não raro extraeducacionais, que os geram e sustentam.

Um olhar sobre a história da educação popular no Brasil

Ao descrever o trabalho pedagógico dos primeiros missionários no Brasil, o sociólogo e educador Fernando de Azevedo (1894-1974) associa o ensino escolar que os jesuítas deram a crianças indígenas, mestiças e brancas com o embrião de uma educação popular no país.

Atraindo os meninos índios às suas casas ou indo-lhes ao encontro nas aldeias; associando, numa mesma comunidade escolar, filhos de nativos e de reinóis – brancos, índios e mestiços – e procurando na educação dos filhos conquistar e re-educar os pais, os jesuítas não estavam servindo apenas à obra da catequese, mas lançavam as bases da educação popular (...) (Azevedo, 1963, p. 15).

Com exceções, o trabalho pedagógico escolar dirigido a índios, negros e brancos pobres foi restrito e provisório durante todo o período colonial. Com o tempo, um primeiro “sistema escolar” tomou no Brasil a forma usual da educação na sociedade colonizada: algumas missões com escolas para alguns grupos indígenas; algumas raras escolas de ordens religiosas dirigidas predominantemente a filhos e filhas de senhores da Coroa e homens ricos da cidade ou do campo; uma rede espontânea de pequenas escolas de primeiras letras, exercidas por

professores leigos, muitos deles pouco mais do que “alfabetizados”, como costuma acontecer até hoje no interior do país. Mais tarde, raros centros “reais” de ensino profissionalizante, ao lado de conventos, mosteiros e seminários, foram durante muito tempo os únicos lugares de uma educação escolarizada acima da “elementar”.

Fora do domínio da educação escolar, havia a trama das muitas situações e práticas corporativas ou comunitárias, em que outros saberes se difundiam. Pequenas oficinas de trabalho urbano formavam, durante a prática do trabalho-ensino, futuros *artesãos* e *oficiais*, futuros *mestres* que ensinariam outros aprendizes a serem ourives, seleiros, ferreiros, marceneiros, serralheiros, pedreiros, pintores ou músicos.

A aprendizagem dos ofícios manufactureiros era realizada, na colônia, segundo padrões predominantemente assistemáticos, consistindo no desempenho, por ajudantes/aprendizes, das tarefas integrantes do processo técnico de trabalho. Os ajudantes não eram necessariamente aprendizes, mesmo quando menores de idade. O fato de um outro aprender o ofício não era intencional nem necessário. As corporações de ofício, ao contrário, programavam a aprendizagem sistemática de todos os ofícios embandeirados, estipulando que todos os menores ajudantes devessem ser, necessariamente,

aprendizes, a menos que fossem escravos. Determinavam o número máximo de aprendizes por mestre, a duração da aprendizagem, os mecanismos de avaliação, os registros dos contratos de aprendizagem, a remuneração dos aprendizes e outras questões (Cunha, 1978, p. 33).

É uma longa luta de educadores, políticos, intelectuais e grupos organizados de nosso primeiro operariado, que vai forçar o Estado a tomar a seu cargo uma educação laica, pública e, pelo menos em tese, “universal”, estendida a *todos*. É preciso lembrar que não foi apenas o trabalho político pela *escola pública*, nem uma súbita tomada de consciência do poder de Estado, o que, nas primeiras décadas do século 20, provocou o advento do ensino escolar oficial. Interesses e pressões de setores urbanizados da população brasileira, ao lado das vantagens que o empresariado via em uma melhoria do nível escolar e da capacitação da força de trabalho de migrantes rurais ou estrangeiros reunidos em suas indústrias foram também fatores muito importantes.

Foi somente na medida em que a retórica liberal passou a corresponder ao interesse das novas camadas sociais que emergiram com o início da industrialização, a maciça imigração europeia e o surgimento de novas oportunidades de trabalho na cidade que

começou a processar-se, em algumas regiões do país, uma real expansão do ensino (Campos, 1982, p. 10).

É associada aos movimentos civis e lutas pela democratização do ensino brasileiro que a expressão *educação popular* aparece com aspas em Celso de Rui Beisiegel (1974, p. 34-58) e, sem elas, em Vanilda Pereira Paiva (1987, p. 53-87), quando ambos discutem as relações entre o Estado, a sociedade civil e a educação das classes populares no país. A escola pública, estendida por governos de Estados e municípios a populações rurais e urbanas do país, durante muitos anos afastadas do ensino escolar, é um dos resultados dessa primeira mobilização nacional pela educação universal. Iniciativas muito isoladas de criação de escolas gratuitas, desde o Império, foram sendo timidamente ampliadas nos primeiros anos da República. Entretanto, a ausência de uma política educacional definida e o abandono da responsabilidade de promover a educação escolar básica somaram-se a fatores sociais externos ao âmbito da educação, mas com influência sobre ele, para resultarem em progressos lentos, cujos efeitos foram muito pequenos, seja sobre a melhoria dos índices de benefícios escolares às populações pobres, seja sobre uma modificação na qualidade da participação delas na vida nacional.

Ao iniciar-se o período republicano, a situação da instrução popular não era das mais alentadoras. Com uma população de 14 milhões de habitantes no último ano do Império, contávamos com uma frequência de apenas 250 mil alunos em nossas escolas primárias e o crescimento das escolas e matrículas se fazia muito lentamente. O progresso do ensino elementar na primeira metade da República Velha pode mesmo ser considerado insignificante; o Boletim Comemorativo da Exposição Nacional de 1908 anunciava um total de um pouco mais de 11 mil escolas elementares com matrícula de quase 600 mil alunos e frequência inferior a 400 mil em todo o país (Paiva, 1987, p. 84).

Uma “luta pela educação” é então dirigida ao “combate ao analfabetismo” e à expansão imediata da rede escolar – centralizada agora pelo governo republicano federal – a todas as pessoas, em todos os lugares.

É comum educadores e estudiosos do assunto hoje em dia chamarem o que aconteceu entre os anos de 1920 e 40 de “entusiasmos pela educação”. Por uma crença que mesclava, entre nós, ideias liberais francesas com realizações sociais norte-americanas, e tinham as suas bases em dois princípios que se completavam. O primeiro: a educação escolar era não só um direito de todos os cidadãos, mas o meio mais imediato, justo e realizável de construção das bases

de uma sociedade democrática. O segundo: modificações fundamentais nas formas e na qualidade da participação de inúmeros brasileiros, tanto na cultura quanto na vida econômica e política do país, eram uma condição fundamental para a melhoria dos indicadores de nossa situação de atraso e pobreza. A educação estendida a todos através de uma mesma escola – pública, laica e gratuita – é um instrumento indispensável em tudo isto.

A partir da “luta pela escola pública” e das primeiras iniciativas de “combate ao analfabetismo”, muitas conquistas foram obtidas. Mas o ideal de uma *educação popular* liberal foi um projeto nunca plenamente realizado no Brasil. Mesmo em graus elementares, a escola pública é deficiente e deixa ainda à margem de uma educação escolar adequada um número muito grande e persistente de crianças, adolescentes e jovens pobres. Finalmente, todo o processo de modernização do sistema escolar não resultou, até agora, em uma oferta de educação compatível com as necessidades de instrução, formação, instrumentalização e capacitação das pessoas do povo. Mas a crítica das relações entre a educação formal e a sociedade não vale apenas para o Brasil. Sequer para a América Latina.

Pesquisas realizadas, sobretudo em São Paulo, redescobriram a presença de grupos, classes e comunidades populares nas lutas e conquistas da

educação. Eles corrigem uma visão costumeira, segundo a qual os *pobres* do campo e da cidade, produtores anônimos de *culturas*, sem possuírem a *cultura*, nunca estiveram interessados pela educação dos seus filhos. Ao contrário, tanto a consulta atenta a documentos do passado quanto à observação do que acontece hoje em dia entre pais de crianças em idade escolar apontam o mesmo interesse pela escola e, não raro, o mesmo empenho em cobrar do governo o ensino necessário.

Velhas histórias de interesses familiares e comunitários pela educação, desde pelo menos o século passado. Episódios da face oculta da participação de camponeses e assalariados do campo e da periferia das cidades pela educação de seus filhos. O que se poderia chamar aqui de momentos de mobilização popular em favor da escola pública é alguma coisa que, silenciosa, mas presente, no passado, retorna por toda parte, entre movimentos populares e associações de bairros, de moradores, de mulheres. Isso porque a oferta de bens de educação às populações marginalizadas é regida por uma lógica – e uma ética – igualmente marginal.

Examinando com mais detalhe como se processou a expansão do ensino primário na cidade de São Paulo, a partir de 30, é possível, se não reconstituir, pelo menos perceber, nessa história, os sinais da presença

e das reivindicações das camadas populares por acesso à escola. Esses sinais, que podem ser identificados, de forma indireta, através da análise da atuação do Estado, só ganham sentido se é adotado, desde o início, o pressuposto de que a pressão da demanda é um aspecto fundamental na explicação dessa atuação (Campos, 1982, p. 6).

Mas o que a memória erudita que escreve as histórias da educação no Brasil, via de regra, oculta com cuidado é que esses próprios “setores” viveram momentos importantes de história de sua própria educação, como a criação de escolas para filhos de operários, principalmente no Rio de Janeiro e em São Paulo, fundadas e mantidas por associações dos próprios operários. As escolas partidárias e as experiências de educação escolar entre militantes anarquistas e comunistas, operários de uma indústria emergente, muitos deles imigrantes europeus, são frações de um trabalho político de classe através da educação; através da escola, pensada como o local de formação de uma nova geração de proletários educados segundo os princípios ideológicos de seus grupos partidários de militância. Pequenas escolas mantidas por sindicatos e partidos buscaram realizar, durante o tempo em que isso foi possível, uma articulação entre a formação de adultos militantes (educação sindical, partidária etc.) e a

socialização de crianças e adolescentes no interior de uma *nova escola*, diferente da “escola nova” e de outros espaços de ensinar-e-aprender patrocinados pelo poder de um Estado capitalista, a serviço da reprodução da ordem hegemônica do capital.

Ao contrário da lentidão rotineira e da armadura sistêmica e burocratizante em que se move o comboio pesado e confuso da educação escolar seriada, cuja principal característica é existir como uma complexa *instituição* hierárquica e, portanto, centralizada, os três exemplos de trabalho pedagógico para/com/das classes populares que vimos até aqui, pelo menos em seus momentos pioneiros de existência, tomaram a forma e a dinâmica de *movimentos*. A luta pela escola pública, as sucessivas campanhas pela erradicação do analfabetismo e as experiências de educação de classe entre operários são repertórios de ideias, de propostas e de práticas originadas e conduzidas por *movimentos de educação*, ou então por setores de *movimentos sociais* e/ou *políticos* dedicados à educação, durante as três ou quatro primeiras décadas do século 20.

Na realidade, com mais ênfase em um período que se inicia em meados dos anos de 1950, diferentes tipos de “trabalhos com comunidades subdesenvolvidas” são postos em marcha. Para efeito de difusão de ideias e incentivo de iniciativas, a Organização das Nações Unidas (ONU) encarregou-se do *desenvolvi-*

mento de comunidades (às vezes estendido a dimensões mais amplas, como o *desenvolvimento regional*, ou mais atuais, como o *desenvolvimento rural integrado*). Coube à Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco) efetuar as sucessivas propostas de educação para sujeitos, comunidades e nações, junto a quem programas de educação seriam parte de estratégias de desenvolvimento “a partir da base”.

Do ponto de vista individual, as formas sucessivas de uma educação de adultos tinham por objetivo a participação de sujeitos marginalizados em um processo de “desmarginalização”. As teorias da marginalidade social estavam então em plena voga. Sujeitos pedagogicamente defasados (sem escola, ou com insuficiência de ensino escolar) e socialmente marginalizados (pobres, subempregados, desnutridos e, conseqüentemente, postos “à margem” dos processos sociais de “desenvolvimento” e “modernização”) seriam reintegrados a uma vida social ao mesmo tempo digna e produtiva. Se, de um lado, a educação de adultos e o desenvolvimento de comunidades marginalizadas eram um direito e um benefício social, de outro lado, eram também um investimento, porquanto pretendiam ser processos sistemáticos e meios participativos de integração de contingentes de pessoas e grupos postos “à margem”, no interior do mercado

de trabalho, no pleno exercício da cidadania e no desenvolvimento da sociedade.

Durante um período entre 1960 e 70, do mesmo modo como aconteceu em outros domínios de trabalhos sociais com os setores populares, a educação de adultos passou de uma ênfase na integração de indivíduos na sociedade para outra, cujo objetivo era atuar sobre grupos e comunidades que, educados, organizados e motivados, assumissem, em seu nível, “o seu papel no processo de desenvolvimento”.

Mais tarde, a partir nos anos 1980 e 90, uma proposta de “desenvolvimento local”, através de um somatório de melhorias nos locais de indicadores de qualidade de vida (educação, saúde, alimentação, trabalho, habitação e lazer), tendeu a incorporar a proposta de formas moderadas de participação popular em processos de transformação social para o desenvolvimento. De modo muito simplificado, seria possível dizer que a ênfase passou do indivíduo educado “para a vida social” à educação do sujeito para o desenvolvimento da comunidade e, daí, à educação da comunidade através dos seus indivíduos.

Subordinar a realização das transformações ao desenvolvimento socioeconômico como formas operativas de poder, de controle e organização em si mesmos é o pretendiam os programas de “desenvolvimento e educação”. Em muitos casos, trata-

va-se de intervir sobre a totalidade da ordem e da vida do que chamam “comunidades populares” e ocupar ali todos os espaços tradicionais e variantes de articulação de pessoas, grupos e equipes locais. “Organizar” é a palavra-chave de programas cuja meta aparente é “desenvolver”, “integrar” e “modernizar”. São palavras a que, como nos ritos de feiticeiros, em alguns momentos se atribui um poder quase mágico. Pronunciá-las, escrevê-las ordenadamente em planos de ação, já quase realiza “no campo” o que se imaginou “no projeto”.

E o que significa exatamente “organizar” no contexto desses programas? Significa sobrepor, através do poder institucional de uma agência de mediação, a domínios tradicionais da vida social popular (a família, a parentela, a vizinhança, as equipes de trabalho produtivo ou ritual), formas externas, “modernizadoras” das articulações que regem, justamente, a teia das incontáveis formas de relações entre pessoas, grupos e símbolos da vida social. O programa de desenvolvimento introduz extensões de si mesmo, de sua própria racionalidade, e cria: a “comissão de moradores”, o “clube de jovens”, o “grupo de mães”. Quando realizado em ampla escala, um programa de educação e desenvolvimento não esconde a ambição de reordenar todos os domínios da “comunidade”. Fazê-lo de tal sorte que coisa alguma escape ao seu

controle e se constitua fora do alcance de sua lógica. Duas modalidades de expressão da vida popular são sutilmente marginalizadas:

1) a dos incontáveis atores e produtores de serviços tradicionais de religião, cura ou arte que, justamente por sua resistência à inovação, são substituídos por equivalentes, mais jovens, “dinâmicos” e, portanto, modernizáveis: o auxiliar de saúde, o líder de comunidade e tantos outros;

2) a dos espaços emergentes de trabalho social e político da comunidade e da classe na comunidade, como as organizações populares de moradores, as comissões autônomas de representação de setores da comunidade, os movimentos populares.

Que outras razões levam sucessivos governos a incentivar a “promoção social”, através de programas de educação e desenvolvimento, em “áreas de ‘tensão social’”?

A origem deste amplo movimento tem o seu lugar no processo experimentado por grupos comprometidos com a transformação das estruturas sociais que mantêm as maiorias oprimidas. A crescente consciência da vida real das massas e a compreensão de sua possibilidade de superar o vicioso círculo da miséria e da opressão (oposto ao virtuoso círculo da riqueza) através de ações isoladas e fragmentadas no sistema social forçaram a

busca de um novo acercamento dos adultos.

Este ponto de vista é substancialmente diferente dos anteriores. Desde uma mesma conceptualização, esta já não provém da Unesco, mas surge de experiências das bases, e na América Latina. Porém, mais importante do que a origem é a interpretação teórico-social em que ela se fundamenta. As maiorias sociais não se encontram “marginalizadas”, mas exploradas e oprimidas. As nações do Terceiro Mundo não são atrasadas e primitivas, senão que dependentes e radicalmente distintas. As soluções não podem ser transportadas e adaptadas dos países industrializados e “desenvolvidos”. Pelo contrário, esta posição (a da educação popular) aponta para uma profunda fé nas potencialidades e na riqueza das pessoas exploradas, sistematicamente depreciadas. A construção de uma sociedade em que os oprimidos sejam os sujeitos de seu próprio processo libertador é o objetivo global desta busca utópica (Castilho; Latapi, 1983, p. 13-14).

Assim, ao contrário do que tipologias costumam apontar aqui e ali, a concepção de educação popular, no sentido que adotamos para o desenvolvimento deste trabalho (e no qual acreditamos), não é uma variante ou um desdobramento da educação de adultos, da educação informal e nem simplesmente uma forma de educação permanente. Frente a modelos oficiais e hegemônicos

– internacionalizados como paradigmas legítimos de trabalho com as classes populares por meio da educação e, finalmente, rotinizados como instituições de trabalho pedagógico consagrado –, a *educação popular* emerge como um *movimento* de trabalho político com as classes populares por meio da educação. Ela pretende ser uma retotalização de todo o projeto educativo, desde um ponto de vista popular. A diferença entre a educação popular e outras concepções está, em primeiro lugar, na origem de poder e no projeto político que submete o agenciamento, o programa e a prática de um tipo específico de educação dirigida às classes populares. Está, em segundo lugar, no modo como o educador pensa a si mesmo e o *projeto de educação*, no sentido mais pleno que estas palavras podem ter.

Uma primeira experiência de educação com as classes populares (com essa concepção), a que se deu sucessivamente o nome de *educação de base*, *educação libertadora* e, mais tarde, *educação popular*, surgiu no Brasil no começo da década de 1960, no interior de grupos e movimentos da sociedade civil, alguns deles associados a setores de governos municipais, estaduais ou da federação. Surgiu como um *movimento de educadores*, que trouxeram, para o seu âmbito de atuação profissional e militante, teorias e práticas do que então se chamou *cultura popular* e se considerou como uma base simbólico-ideológica de

processos políticos de organização e mobilização de setores das classes populares para uma luta de classes dirigida à transformação da ordem social, política, econômica e cultural vigente.

O lugar estratégico que funda a educação popular é o dos movimentos e Centros de cultura popular: *movimentos de cultura popular*, *Centros Populares de Cultura*, *movimentos de educação de base*, *ação popular*. Mesmo quando realizado em serviços de extensão de universidades federais (como a de Pernambuco, onde Paulo Freire começou a descobrir-se em seu método de alfabetização), em setores do Ministério da Educação (desde onde seria desencadeada a *Campanha Nacional de Alfabetização*) ou em agências criadas por convênios entre a Igreja Católica e o governo federal (como o movimento de educação de base), o que tornou historicamente possível a emergência da educação popular foi a conjunção entre períodos de governos populistas, a produção acelerada de uma intelectualidade estudantil, universitária, religiosa e partidariamente militante e a conquista de espaços de novas formas de organização das classes populares.

A partir de uma crítica feita ao sistema vigente de educação¹ e, especialmente, das formas tradicio-

nais de educação de adultos e de trabalhos agenciados de desenvolvimento de comunidades e suas variantes, a educação popular:

1) constitui passo a passo (“aos troços”, dirão os seus críticos) uma nova teoria, não apenas de *educação*, mas das relações que, considerando-a a partir da *cultura*, estabelecem novas articulações entre a sua prática e um trabalho político progressivamente popular das trocas entre o ser humano e a sociedade, e de condições de transformação das estruturas opressoras desta pelo trabalho libertador daquele;

2) fundou não apenas um novo método de trabalho “com o povo” por meio da educação, mas toda uma nova educação libertadora, por meio do trabalho do/com o povo sobre ela – este é o sentido em que a educação popular projeta transformar todo o sistema de educação, em todos os seus níveis, como uma educação popular;

3) definiu a educação como instrumento político de conscientização e politização, por meio da construção de um novo saber, ao invés de ser apenas um meio de transferência seletiva, a sujeitos e grupos populares – este é o sentido em que ela se propõe como uma ampla *ação cultural para a liberdade* a partir da prática pedagógica no momento de encontro entre educadores-educandos e educandos-educadores;

1. Ver mais em *Educação como prática da liberdade*, de Paulo Freire (1967).

4) afasta-se de ser tão somente uma atividade “de sala de aula”, de “escolarização popular”, e busca alternativas de realizar-se em todas as situações de práticas críticas e criativas entre agentes educadores “comprometidos” e sujeitos populares “organizados”, ou em processo de organização de classe;

5) procura perder, aos poucos (o que nem sempre consegue), uma característica original de ser um movimento de educadores e militantes eruditos destinado a “trabalhar com o povo”, para ser um trabalho político sem projeto próprio e diretor de ações pedagógicas sobre o povo, mas a serviço dos seus projetos de classe.

É neste sentido que há, hoje em dia, um consenso de que a intenção do educador popular deve ser a de participar do trabalho de produção e reprodução de um saber popular, aportando a ele, ao longo do trabalho social e/ou político de classe, a sua contribuição específica de educador: o seu saber erudito (o da ciência em que se profissionalizou, por exemplo) em função das necessidades e em adequação com as possibilidades de incorporação dele às práticas e à construção de um saber popular.

O que justifica a educação popular é o fato de que o povo, no processo de luta pela transformação popular, social, precisa elaborar o seu próprio saber... Estamos em presença de atividades de educação popular quando,

independentemente do nome que levem, se está vinculando a aquisição de um saber (que pode ser muito particular ou específico) com um projeto social transformador.

A educação é popular quando, enfrentando a distribuição desigual de saberes, incorpora um saber como ferramenta de libertação nas mãos do povo. Pelo que foi exposto antes, o fato é que se a educação popular pode ser entendida como uma atividade específica (não é toda ação assistencial, de trabalho social ou de política educativa) ela, por outro lado, não requer ser realizada no interior do sistema educativo formal, separada do conjunto de práticas sociais dos indivíduos. Muito ao contrário, a educação popular vem sendo desenvolvida no interior de práticas sociais e políticas e é aí precisamente onde podem residir a sua força e a sua incidência. (La Educación Popular Hoy en Chile: Elementos para Definirla, ECO, Educación y Comunicación, Santiago de Chile, 1988 – sem indicação de autor, p. 9).

Uma questão muito importante desde os momentos de origem daquilo que viria a ser a educação popular é que não existe uma solução explícita logo de saída. Primeiro, um novo paradigma de educação se volta contra a educação tradicional. Depois, ele se volta contra as condições sociais da sociedade desigual. Mais adiante, ele se afirma como a possibilidade de a educação ser um instrumento que opera no domínio do conhecimento a serviço do processo de passagem do povo de sujeito econômico a sujei-

to político, capaz de transformar relações sociais de que as da educação são apenas um símbolo, uma artimanha e uma dimensão.

Não é apenas em uma sociedade transformada que se cria uma nova cultura e um novo homem. É ao longo do processo coletivo de transformá-la, por meio do qual as classes populares se educam com a sua própria prática e consolidam o seu saber com o aporte da educação popular. Pela primeira vez surge a proposta de uma educação que é *popular* não porque o seu trabalho se dirige a operários e camponeses prematuramente excluídos da escola seriada, mas porque o que ela “ensina” vincula-se organicamente à possibilidade de criação de um saber popular, por meio da conquista de uma educação de classe, instrumento de uma nova hegemonia.

Ora, a possibilidade concreta de produção de uma nova hegemonia popular no interior da sociedade classista é o horizonte da educação popular. A possibilidade (a utopia? o projeto histórico realizável?) de que, por efeito *também* da acumulação de um *poder de classe*, por meio da organicidade progressiva das práticas dos movimentos populares e do fortalecimento consequente do seu *saber popular*, venha a realizar-se uma transformação da ordem social, em um mundo solidário de igualdade e justiça, é o horizonte que se avista do horizonte da educação popular.

Em suas formas mais consequentes, que hoje se recobrem de inúmeras iniciativas em todo o continente latino-americano, a educação popular apenas gera um primeiro momento de passagem de uma *educação para o povo* a uma *educação que o povo cria*. Que ele produz ao transitar – não porque se educa entre educadores, mas porque inclui a educação popular no trabalho político que educa a ambos – de sujeito econômico a sujeito político, e ao se reapropriar – tanto tempo depois, tantas histórias depois – de *uma* educação para fazê-la ser, pouco a pouco, *a sua* educação: a educação através da qual ele não se veja apenas como um anônimo sujeito da cultura brasileira, mas como um sujeito coletivo da transformação da história e da cultura do país.

Os pontos atuais de partida da educação popular:

1) a criação de uma nova hegemonia, o que significa um saber popular, no sentido de saber das classes populares, que se constitua como base de um trabalho de acumulação de poder popular;

2) a *cultura popular* como ponto de partida, com um trabalho de revisão de seus componentes tradicionalmente “dominados” e em direção à produção de uma cultura orgânica de classe;

3) a progressiva participação do trabalho do educador no trânsito dos sujeitos populares de agentes econômicos a agentes políticos;

4) a descoberta e o aprimoramento de tipos de relações de prática pedagógica entre educadores e educandos, entre profissionais comprometidos com a “causa popular” e agentes educandos individuais (sujeitos populares) ou coletivos (movimentos populares) (Huidobro; Martinic, 1983, p. 24).

Depois de alguns anos de tropeços, recuos e atropelos, alguns princípios ficaram claros. A educação popular é a negação da negação. Não é um “método conscientizador”, mas é um trabalho sobre a cultura que faz da consciência de classe um indicador de direções. É a negação de uma educação dirigida “aos setores menos favorecidos da sociedade” ser uma forma compensatória de tornar legítima e reciclada a necessidade política de preservar pessoas, famílias, grupos, comunidades e movimentos populares fora do alcance de uma verdadeira educação. Ela procura ser, portanto, não a afirmação da possibilidade de emergência de uma nova educação “para o povo” – o que importaria a reprodução legitimada de “duas educações” paralelas, condição da desigualdade consagrada –, mas a afirmação da necessidade da utopia de transformação de todo o projeto educativo a partir do ponto de vista e do trabalho de classe das classes populares.

Negando realizar-se apenas como trabalho escolar (aquilo que começa na alfabetização e termina em um supletivo, ou em um curso eficaz de “qualificação” de mão-de-obra), a educação popular é mais um modo de presença assessora e participante do educador comprometido do que um projeto próprio de educadores a ser realizado sobre pessoas e comunidades populares. Ela se realiza em todas as situações em que, a partir da reflexão sobre a prática de movimentos sociais e movimentos populares (as “escolas” em que tem sentido uma educação popular), as pessoas trocam experiências, recebem informações, criticam ações e situações, aprendem e se instrumentalizam. A educação popular não é uma atividade pedagógica *para*, mas um trabalho coletivo em si mesmo, ou seja, é o momento em que a vivência do *saber compartilhado* cria a experiência do *poder compartilhado*.

Em outras palavras, as práticas da educação popular representam desde já a vontade de criar espaços autônomos, espaços nos quais o manejo do poder se realize de forma compartilhada, dentro de uma crescente relação entre iguais. Nesta perspectiva as opções metodológicas adquirem relevância especial... A busca de formas educativas de caráter participativo, de reflexão coletiva da prática dos próprios atores, do desenvolvimento de relações de solidariedade

entre os membros, a superação dos dogmatismos e preconceitos etc., constituem opções-chave neste sentido.

(La Educación Popular Hoy en Chile: Elementos para Definirla, ECO, Educación y Comunicación - sem indicação de autor, p. 13).

Ao existir dentro e além de situações formais de ensinar-e-aprender, a educação popular é uma entre outras práticas sociais cuja especificidade é lidar com o *saber*, com o *conhecimento*. Com relações de intercâmbio de saberes entre educadores eruditos e sujeitos populares, que se dão não por meio do “saber em si”, mas da prática de classe que o torna, finalmente, mais do que um *saber necessário*, aquilo a que pode ser dado o nome de um *saber orgânico*. Este trabalho existe no interior de uma associação de moradores de um bairro de periferia, em um movimento de trabalhadores rurais do interior de diversos estados do Brasil, em uma comunidade eclesial de base, em um grupo de mulheres em luta pela conquista de escola para o seu bairro. Por isso mesmo, é uma prática de pensar a prática e é uma das situações variadamente estruturadas de produção de um conhecimento coletivo popular.

Esta é a razão pela qual se pode pensar a educação popular como um trabalho coletivo e organizado do próprio povo, a que o educador é chamado a participar para contribuir, com o aporte

de seu conhecimento “a serviço” de um trabalho político que atua especificamente no domínio do conhecimento popular.

A educação popular é, hoje, a possibilidade da prática regida pela diferença, desde que a sua razão tenha uma mesma direção: o fortalecimento do poder popular, através da construção de um saber de classe. Portanto, mais importante do que pretender defini-la, fixar a verdade de seu ser, é descobrir onde ele se realiza e apontar as tendências por meio das quais ela transforma a *educação* na vivência da *educação popular*.

2



PRESSUPOSTOS HISTÓRICOS DA EDUCAÇÃO POPULAR: DE ONTEM PARA AGORA

A história da educação dirigida às classes populares na América Latina não é linear. Em um primeiro momento, a educação “com o povo” pode ser um movimento emergente e contestador. Em outro, pode substituir, como uma forma de poder no interior de um campo político de trabalho pedagógico, formas e instituições anteriores, tornando-se uma nova forma hegemônica e consagrada. Novas formas surgiram no bojo de novos movimentos e a *instituição* que um dia foi *movimento* usou de seu poder de “modelo legítimo” para ilegitimar quem a contestasse.

A partir dos fatos históricos, coloquemos uma por uma estas ideias em evidência:

1ª – A história da educação dirigida às classes populares na América Latina foi constituída por formas, modelos e agências de produção e execução de ideias, propostas metodológicas e práticas que não se sucedem ordenada e sistematicamente (uma delas para depois de cada “Conferência Internacional”). Ao contrário, a possibilidade de variações em um campo político de relações educativas está sempre aberta, mesmo sob regimes autoritários. A um mesmo momento, em uma mesma formação social, modelos supostamente ultrapassados de educação coexistem com os hegemônicos e com os emergentes. Antigas “campanhas de alfabetização do começo do século” podem a todo o momento reaparecer sob novos nomes e com a racionalidade da moda. Podem coexistir com formas mais lentas e complexas de educação de adultos e com várias pequenas “experiências de educação popular”.

2ª – Assim, ao contrário do que parece acontecer, a dinâmica das relações entre diferentes modelos não se dá pela superação pura e simples de alguns em favor de outros, ou em função da produção de uma nova hegemonia educativa. A regra é a coexistência de modelos tradicionais, hegemônicos e emergentes. Esta coexistência e as regras de seus relacionamentos sociais e simbólicos são o que produz a dinâmica do campo de ação do educador popular,

além daquilo que acontece de politicamente relevante, fora de seu domínio específico de trabalho, mas com repercussões diretas sobre ele.

3ª – Portanto, o trabalho pedagógico agenciado junto às camadas populares existe em um campo de relações que não o diferencia de outras práticas equivalentes (saúde, religião, bem-estar social etc.). Determinado por fatores políticos, econômicos, sociais e culturais, este campo de trabalho de diferentes tipos de agências e educadores diferencia formas e princípios sociais de articulação dos seus elementos. Diferentes agências concorrentes ou aliadas trazem para a *educação do povo* diferenças de intenções, ideias e projetos, que implicam formas de controle, promoção ou mobilização de grupos populares para fins diferentes, não raro, visivelmente, antagônicos. Ao mesmo tempo, em uma mesma periferia operária, agências do governo federal, da Secretaria Estadual de Educação, do município, de um setor da Igreja Católica, de um núcleo local do partido, de uma fração de estudantes universitários, de uma associação de moradores ou de um grupo de oposição sindical podem estar realizando trabalhos que têm a ver com relações de saber, ou com relações de poder por intermédio do saber. Ocupando espaços sociais, estas agências: estabelecem articulações com outras de práticas equivalentes, em outros domínios; aliam-se entre si e contra outras; concorrem pela

hegemonia local da sua prática ou, pelo menos, pela reserva de um espaço legítimo junto ao de outras.

4ª – Neste sentido, uma evidente carência de resultados efetivos nas atividades como as de extensão agrícola, de desenvolvimento rural integrado e de educação de adultos permite supor que, pelo menos em alguns casos, elas apenas cumprem uma função de ocupar espaços junto a setores das classes populares em que, mesmo que não produzam resultados educativos relevantes, concorrem com experiências alternativas de educação popular. Não é difícil verificar isto em áreas de “tensão social”, onde agências patronais ou oficiais multiplicam esforços para “organizar a comunidade” contra iniciativas de mobilização política de setores das classes populares *na* comunidade. O poder de cooptar pessoas e grupos e reorganizá-los segundo os padrões da agência de educação é um dos principais indicadores da diferença entre uma ação pedagógica hegemônica e um trabalho de educação popular. Enquanto a intenção de uma é criar as suas próprias unidades locais de “organização”, segundo os moldes do seu “programa de educação”, o que serve basicamente a assegurar a sua legitimidade “nas bases populares”, o objetivo da educação popular deve ser o de fortalecer as próprias organizações locais e populares de poder *de* classe *na* comunidade.

Ora, uma das tendências mais acentuadas dos

programas sociais à classe popular é a *participação comunitária*. Esta participação – palavra-chave – quase sempre implica a aparência de um poder decisório de representantes populares em momentos secundários de um trabalho de mediação, cujas pautas e metas são antecedentemente traçadas e, não raro, estão fora do controle até mesmo dos técnicos intermediários do programa. Em contrapartida, ainda que isso nem sempre se realize plenamente, a principal tendência da prática da educação popular, hoje, está na passagem de um modelo emergente de educação com ponto de referência em si mesmo, para uma prática cujo ponto de referência são os grupos populares, os movimentos sociais da comunidade, os movimentos populares de classe na comunidade.

Usando com frequência as mesmas palavras e sugerindo em aparências as mesmas metas, os programas sociais populares têm o seu princípio operacional na pessoa do sujeito subalterno e têm o seu fim operacional nos grupos e organizações que ela gera na comunidade. De outra parte, programas de educação popular possuem o seu princípio operacional nas unidades populares de representação da vida comunitária e do trabalho político de classe na comunidade e têm o seu fim operacional na ampliação do poder de tais unidades de trabalho popular. Este é um dos pontos fundamentais da disjunção entre um modelo e o outro. Enquanto para as va-

riantes do programa social o sentido do trabalho pedagógico é reverter o trabalho político do movimento popular em trabalho social de unidade local, para as variantes da educação popular o sentido do trabalho pedagógico é converter o trabalho social da comunidade em movimento orgânico de dimensão política. O *movimento popular* tende a ser a razão e a dinâmica da educação popular, enquanto tende a ser a tensão e o dilema da educação de adultos.

5ª – No limite, o que dá sentido humano à educação popular é a possibilidade de ela não só ser um meio real de compromisso de educadores (quase sempre “de classe média”, é bom não esquecer) com um projeto histórico de humanização libertadora por meio do trabalho político do povo, mas também de reproduzir-se, por isso mesmo, como um *movimento pedagógico*. Como um modo de a educação realizar-se sem se estabelecer como instituição dominante, no domínio em que a educação é, em si mesma, uma forma de poder. Por isso mesmo, mais do que um *programa* com metas prefixadas, métodos de comprovada eficiência, sistemas importados de avaliação e relatórios notáveis de fim-de-período, a educação popular aspira a ser, da parte dos educadores comprometidos, uma *presença* militante, em que não raro a forma mais consequente de trabalhar é não ter um programa de trabalho, mas servir aos dos movimen-

tos populares a que se destina. Da parte dos agentes populares, ela aspira a ser uma antecipação de sua possibilidade de criar, *agora*, uma forma orgânica de educação do povo.

6ª – Modelos institucionais e hegemônicos de educação *para o povo* são sempre e irrevogavelmente uma pedagogia do *outro*. Esta alteridade consagra a dimensão dominante de um trabalho mediador, cujo fraseado disfarça a dominância, e também cria aí o seu próprio sentido. Instrumento sutil de reprodução compensatória da desigualdade, ela funda o seu ser na distância da diferença entre o lado do educador e o lado do educando; entre a fonte de poder a que serve e o sujeito popular que controla, parecendo servir. Ela é o lugar do técnico, não o do militante (palavra que a burocracia teme e, por isso, procura tornar vazia), e sonha fazer do sujeito popular um outro educado, produto da imagem antecipada que dele fazem a retórica e o interesse da agência: um sujeito instruído e participante, desde que ordeiro e subalterno.

O projeto limite da educação popular pretende reduzir a alteridade constitutiva da classe popular. Com frequência, esta tarefa difícil tem sido o lugar onde práticas se perdem. Uma alteridade que se dissolve, não porque o educador venha a ser “como o povo”, mas porque o seu trabalho tende a se tornar *das* classes populares e, portanto, não

se esgota em uma permanente transferência de conhecimentos, que reproduz a dependência de um lado para com o outro, mas na possibilidade de que o próprio instrumento chamado “educação popular” venha a ser, na passagem de um polo ao outro, uma conquista do povo. Uma reapropriação não apenas de um modo de saber, mas do *meio* e do *movimento* que, entre outros, tornam possível a produção autônoma desse saber.

3



A RADICALIDADE DA CULTURA REBELDE: PARTE DA HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO POPULAR NO BRASIL

Diferentes histórias da educação popular no Brasil e na América latina já foram pesquisadas e escritas. Neste capítulo, retomamos esta história com o objetivo de provocar um diálogo a respeito da radicalidade dessa concepção de educação: como expressão de uma Cultura Rebelde.

Uma radicalidade compreendida no sentido etimológico da palavra: referente à raiz, à origem; no caso da educação popular, referentes à resistência e à construção contra-hegemônica na perspectiva da autonomia dos sujeitos no processo histórico.

Reconstruir parte da trajetória de uma Cultura Rebelde permite-nos compreender o papel e

o significado da educação popular no ontem, no agora e no anúncio do amanhã.

3.1. A permanência da Cultura Rebelde: memórias, reflexões e contribuições da cultura popular dos anos de 1960 para hoje

Nos primeiros anos da década de 1960, em Angicos (Rio Grande do Norte), Paulo Freire e uma equipe de educadores de Pernambuco iniciaram uma experiência de alfabetização inovadora, que traria fundamentos de teoria e prática ao que, anos mais tarde, veio a se chamar educação popular.

Essa experiência, que surgiu no Brasil e se difundiu por toda a América Latina, apresentou uma nova proposta para as ações sociais e político-pedagógicas, através da *cultura e, de maneira especial, da cultura popular*. Nos primeiros documentos que foram elaborados, a proposta era apresentada como uma alternativa político-pedagógica que parte da cultura e se realiza por meio da cultura. Assim, a criação cultural dos sujeitos, das classes ou das comunidades, antes somente objeto de estudo dos folcloristas e cientistas sociais, se transforma, também, em um alicerce de ação política e pedagógica. Foi quando criaram os primeiros *movimentos de cultura popular*.

Usando a mesma expressão corrente na Europa desde o século 19, a proposta dos movimentos de cultura popular (MCPs) do Brasil dos primeiros anos da década de 1960 inovou, de uma maneira ativa e politicamente motivada, o sentido original da própria ideia de *cultura*. Ideias de pensadores como Antônio Gramsci estavam ali presentes. A *Cultura Popular* deixa de ser somente um conceito de valor científico para tornar-se a palavra-chave de um projeto político de transformação social a partir das próprias *culturas dos trabalhadores* e outros sujeitos sociais.

O “trabalho de cultura popular” dos MCPs foi além dos programas especiais de educação ou de “cultura para o povo” – representou uma das expressões mais radicais de interação entre intelectuais e profissionais das universidades e de outros centros de “cultura erudita” e pessoas das classes trabalhadoras e seus “mundos” de vida, de trabalho e de criação cultural.

Que tipos de práticas, consequentes com uma nova visão de trabalho junto às pessoas, grupos e comunidades populares, pretendiam colocar em prática os *movimentos de cultura popular*?

Da mesma forma, tal como Paulo Freire reafirmou tantas vezes, a diferença não estava no *tipo de prática* (alfabetização, teatro *com* e teatro *para* os grupos populares, cinema e música popular, artes plásticas, rádio e televisão, projetos editoriais, praças e parques

de cultura popular¹). Estava na intencionalidade e na qualidade de um *modo de prática pedagógica*. De maneira diferente daquelas que se apropriavam apenas do que lhes interessava utilitária e politicamente nas *culturas do povo*, esta concepção pressupunha:

a) uma concepção libertadoramente classista do trabalho *sobre e através* da cultura: realizar o trabalho *junto ao povo* como uma experiência popular;

b) uma forte crença no poder libertador das ações promovidas através da *Cultura Popular*.

A qualidade das atividades dos movimentos precursoros poderia ser diferenciada, se dividirmos as experiências de *cultura popular* em duas direções principais: primeiro, a daquelas cujo trabalho era predominantemente *curricular*, e que de modo geral moviam-se entre a alfabetização e a educação de base, e desta à ação direta junto a comunidades rurais ou urbanas; segundo, aquelas cuja prática era predominantemente *artística* e para as quais o trabalho de *cultura popular* representava um permanente desafio de descobrimento de meios criativos de uma *arte popular*.

1. Informativo final do 1º Encontro Nacional de Alfabetização e Cultura Popular, realizado em Recife, Pernambuco, em setembro de 1963 (Favero, 1983, p. 211-44).

Arte popular... Educação popular... Cultura popular... Conceitos que se apresentavam como contrários a uma “arte para trabalhadores”. Ideias que se propunham em uma direção diferente do simples aproveitamento do “folclore”, seja para “elevar o nível cultural do povo”, seja para “valorizar a cultura”, negando a possibilidade que dela emergissem valores críticos e ativos de um trabalho de classe. Assim, enquanto em alguns programas tradicionais de “informação cultural” ou de educação de adultos, o teatro, a música e o cinema eram meios para transferir aos setores populares conhecimentos eruditos da lógica dominante, nos movimentos de educação popular, emergentes nos anos de 1970, a *arte popular* era concebida como recurso pedagógico para efetuar uma comunicação biunívoca de efeito conscientizador.

Esta comunicação buscava partir dos valores das artes e culturas de grupos e comunidades populares e utilizá-los como elementos próprios de reflexão coletiva sobre as condições de vida e o significado dos símbolos do povo. Buscava também levar aos setores populares uma arte erudita que geralmente lhes era negada, acompanhada de situações de reflexão coletiva que devolviam ao pensamento do povo um sentido humano e crítico, que os movimentos de cultura popular reconheciam terem sido perdidos ao traduzir-se em “cultura de massas”. Buscava, enfim,

criar junto com os participantes dos projetos, uma arte que refletisse, a partir da associação dos valores do povo com o aporte do trabalho dos educadores, um modo novo de compreender o mundo e de saber vivê-lo² (Brito, 1983, p. 150).

Talvez, na alfabetização de adultos, os MCPs tentaram realizar a prática das suas ideias de uma maneira mais contínua e duradoura, durante a efêmera existência da maior parte delas, a partir das conhecidas experiências de Paulo Freire e sua equipe no Nordeste, em que todo um trabalho de alfabetização começava por uma pesquisa conjunta do universo cultural popular. E que, depois, as próprias aulas eram realizadas através de *círculos de cultura*, em que o trabalho de ensinar-e-aprender pretendia ganhar uma inesperada e inovadora dimensão dialógica. Experiências de diálogo entre pessoas e entre culturas, em que o próprio ensino da leitura de palavras da língua portuguesa começava e continuava por meio de uma reflexão coletiva a partir da questão teórica da *cultura* e dos elementos da *cultura local* de cada grupo de educandos. Pois, não se tratava de aprender apenas a ler e escrever em uma língua, como nos programas tradicionais de alfabetização de adultos. Tratava-se, antes de aprender

2. BRITO, Jomard Muñiz de. “Educação de adultos e unificação da cultura”. In: FAVERO, 1983, p. 150. O autor não menciona a fonte de citação do documento da Unesco.

a “ler o seu próprio mundo através de sua própria cultura”. E, assim, a comunicar-se com o outro como um sujeito consciente. Uma pessoa participante das decisões de seu destino, e comprometida com o processo histórico de construção de uma sociedade igualitária.

Neste sentido, o próprio princípio de uma *educação dialógica*, cuja pedagogia pretende dissolver “a estrutura vertical do ensino” e devolver aos educandos “o poder da palavra” durante a sua própria aprendizagem, tem um valor que desloca o educacional para o cultural e realiza ambos como um *que-fazer* francamente político e revolucionário.

Em projetos concretos, que enfrentavam uma enorme dificuldade em passar de suas teorias e palavras de ação cultural para uma experiência duradoura e consistente, os objetivos gerais eram a crítica “com o povo” dos seus valores culturais, ao lado da experiência de recriação de culturas que pouco a pouco passassem de uma espécie de tradição residual para uma tradição inovadora. Tradições que, sem perderem até mesmo as suas características “folclóricas”, servissem a traduzir para pessoas, grupos, comunidades e movimentos populares a sua própria tomada de consciência como sujeitos da história em luta pelos seus direitos humanos.

Alguns trechos de documentos da época são trazidos para este texto para que a própria linguagem revele – a *cultura popular* como expressão de uma arte-educação com intencionalidade político-

pedagógica, cujas teorias e práticas merecem ser lembradas e reconhecidas³.

Os *movimentos de cultura popular* pensaram seu papel e sua atuação tendo como base uma Filosofia da História. Outras organizações voltadas à educação e à mudança social pensaram a partir de uma Sociologia do Desenvolvimento. Talvez esta seja uma diferença importante.

A Filosofia da História compreende o ser humano a partir da produção da cultura: ao transformar materialmente o mundo em que vive, o recria e se reproduz como ser humano. É o mesmo que dizer que, criando cultura, nós, os humanos, passamos de indivíduos biológicos (como os animais) para sujeitos culturais. A cultura abarca tudo o que o ser humano e o seu trabalho realizam no mundo, ao transformarem a natureza e atribuírem significados ao que fazem e ao próprio ato criador de fazer, de criar, de transformar. O processo social de criação de cultura é o que atribui ao ser humano a possibilidade de afirmar-se como um ser com consciência a respeito do seu saber. Enfim, como um sujeito que habita de modo singular a sociedade e constrói uma história.

3. Recomendamos ao leitor a leitura de: “La negociación: una relación pedagógica posible”, de Aida Bezerra e Rute Rios, publicada em Anke Van Dam, Sergio Martime e Gerhard Peter (eds.), *Cultura y política en educación popular*, La Haia, Cesó Paperbach n. 22, 1995, p. 21-68.

O homem estando no mundo estabelece relação com a natureza, a compreende e desenvolve um trabalho de transformação desse mundo. Nesse sentido é que ele cria outro mundo, o mundo da cultura, do qual por sua posição de criador ele é sujeito e é como sujeito que ele deve participar do mundo da cultura da natureza. (CPC-BH, s.d., p. 83)

Cultura é tudo o que o homem agrega à natureza; tudo o que não está inscrito no determinismo da natureza e que nela é incluído pela ação humana. Distinguem-se na cultura seus produtos: instrumentos, linguagem, ciência, a vida em sociedade e os modos de agir e pensar comuns a uma determinada sociedade, que tornam possível a essa sociedade a criação da cultura. (MEB, 1983, p. 78)

A distinção entre dois mundos: o da natureza e o da cultura. O papel ativo do homem em sua sociedade e com sua realidade. O sentido de mediação que tem a natureza para com as relações e comunicações dos homens. A cultura como agregação que o homem faz a um mundo que não foi construído por ele. A cultura como resultado de seu esforço criador e recriador. (Freire, 1983, p. 116)

O trabalho que transforma e atribui significado ao mundo é o mesmo que transforma e significa o ser humano, portanto é parte da *cultura*. A própria consciência humana, é um pensar social *na* e *sobre* a história: percurso e produto do trabalho e da cultura.

Criando e recriando, integrando-se às condições do seu contexto, respondendo a seus desafios, transcendendo, lança-se o homem num domínio que lhe é exclusivo, o da História e o da Cultura. (Ibid., p. 116)

Reconhecer o ser humano como *sujeito da história e criador de cultura* significa reconhecer o seu próprio *processo* dialético de humanização. No espaço de tensão entre a necessidade (as suas limitações como ser da natureza) e a liberdade (o seu poder de transcender ao mundo por atos conscientes de reflexão) o ser humano realiza um trabalho único: ao criar o mundo de cultura faz a história humana. Cria a própria trajetória de *humanização*.

Este trabalho coletivo existe no tempo. Existe ao longo de sucessões de tempos concretos. Assim, a cultura que existe, em princípio, como o anúncio da liberdade do homem sobre o mundo, na prática histórica de sua produção, pode gerar, contingencialmente, a perda da liberdade de alguns seres humanos, no interior de mundos sociais determinados, sob o domínio de outros seres humanos.

A cultura é histórica. A iniciativa humana que cria a história é precisamente a cultura. A história não é mais que o desenvolvimento do processo pelo qual se opera a mudança dialética da Natureza em Cultura, vale dizer, de mundo natural a mundo humano. Logo, uma cultura a-histórica é um contrassenso.

Em verdade, sendo o sujeito da história por ser o criador da cultura, as formas históricas das criações culturais devem situar-se na linha das exigências de realização do homem. Existem valores essenciais que a cultura deve encarnar em situações históricas infinitamente variáveis, justamente por serem valores constitutivos do ser-homem (sem estes a cultura é desumanizante e alienante). Uma determinada cultura histórica é autêntica quando permite que tais valores se tornem carne e, por eles, a construção de um-mundo-para-o-homem. Nesse caso, a cultura se torna expressão autêntica da real consciência histórica do homem (do grupo, da nação, da época)⁴.

Entre os seres conscientes, a relação fundamental da cultura é estabelecida *na e pela* comunicação. Sendo produto do trabalho humano, a cultura é o campo das mediações entre os seres humanos e destes com a natureza. A comunicação das consciências é condição de existência da cultura como dado objetivo – algo que existe mais além da pura subjetividade individual, no interior da vida coletiva – por ser o que permite a existência de símbolos, valores e bens

4. AP. “Cultura Popular”. In: Op. Cit., p. 17, grifos dos autores. Ação Popular (AP). Grupo de esquerda que surgiu da Juventude Universitária Católica. Trata-se de um texto mimeografado da época, sem indicação de data e de autor. Eram tempos da ditadura.

culturais, transmitidos e coparticipados. Esta relação de comunicação entre consciências na história é subjacente a todas as outras relações e fundamenta a possibilidade de reprodução e recriação social do saber, logo, da própria educação.

As relações fundamentais *de* cultura e *através da* cultura são de reconhecimento de sujeitos livres e igualmente produtores e beneficiários da totalidade da cultura, que emerge na construção da história. No processo real da história humana, o reconhecimento entre as consciências é sistematicamente negado e a dialética das relações entre o ser humano e a natureza, através da cultura, estabelece a dominação de categorias de alguns sujeitos e grupos sociais sobre outros. A cultura que deriva da desigualdade de condições humanas de produção de bens, poderes e símbolos de compreensão da vida social é socialmente dividida e reflete relações antagônicas entre grupos no interior da sociedade. A oposição de culturas não é resultante de processos derivados da própria natureza do ser humano, tampouco é uma condição do modo como se relaciona com seu mundo. É um fato histórico que nega a possibilidade de que a História se realize como afirmação da igualdade e liberdade entre todos os seres humanos⁵.

5. Ibidem, p.17-9.

Assim como a cultura nos modelou como uma espécie única – e sem dúvida ainda nos está modelando – assim também ela nos modela como indivíduos separados. É isso o que temos realmente em comum – nem um ser subcultural imutável, nem um consenso de cruzamento cultural estabelecido. (Geertz, 1989, p. 37-8)

Ideologia: um mascaramento da realidade social que permite a legitimação da exploração e da dominação. Por intermédio dela, tomamos o falso por verdadeiro, o injusto por justo. Como ocorre essa ilusão, essa fabricação de uma história imaginária? Qual sua origem? Quais seus mecanismos, seus fins e efeitos sociais, econômicos e políticos? (Chauí, 1993, p. 125)

A oposição estrutural entre modos sociais de construção da cultura é o que explica a cultura popular. A dimensão da cultura expressa a forma como os sujeitos, classes e grupos étnicos e sociais participam da vida coletiva em todas as suas dimensões. No contexto das sociedades, existem valores e símbolos que são dominantes e outros que são negados.

Assim, em uma sociedade desigual, regida pela desigualdade em todos os setores da vida social, das relações de produção de bens materiais às relações simbólicas de criação e comunicação de significados e valores, as culturas das pessoas, grupos

e classes subalternas são elas próprias regidas por uma autonomia relativa. Historicamente houve uma cultura imposta às classes populares e também a cultura que elas criaram. O domínio da cultura erudita sobre a popular é *ativo*: mobiliza recursos, canais, meios, pessoas especializadas, grupos de controle, de propaganda, de educação, recupera técnicas, inova, amplia e testa a sua estratégia; absorve, esvazia, retraduz, invade domínios e formas de expressão cultural do povo.

Ao lado do controle diretamente político (não raro policial e militar) com que as diversas instituições exercem o domínio concreto da vida, existe o controle exercido pela cultura dominante sobre a cultura dominada. De muitos modos e através de muitos artifícios de comunicação e de inculcamento de ideias, realiza-se um trabalho contínuo de bloqueio e cooptação de todas as “manifestações populares” que possam vir a expressar a sua condição de classe e um horizonte histórico popular.

No interior dessa estrutura de relações desiguais, o povo mistura elementos de sua própria cultura (aquilo que reflete para ele a continuidade de seu modo de vida, revelando-ocultando a sua condição de classe) com fragmentos da cultura dominante, que a todo o momento invadem os espaços populares da sociedade. Isto acontece tanto através de um domínio difuso sobre a sociedade, quanto por meio

de instrumentos ativos de controle, quando as classes dominantes lançam estratégias para envolver e conquistar o imaginário da cultura *das* massas.

Consequentemente, todos os diferentes setores das classes populares reproduzem, como sendo sua, uma cultura “culturalmente” mesclada (fora do eixo da identidade das classes populares), politicamente dominada (fora do eixo do poder) e simbolicamente alienada (fora do eixo da consciência). Nesta situação, não sendo conscientizado por sua própria cultura, o povo não poderá sê-lo por qualquer outro meio usual na conjuntura de dominação. E, no entanto, somente a partir da ação conscientizada e organizada das classes populares é legítimo imaginar a possibilidade de um projeto de libertação de todas as esferas de domínio na sociedade de classes.

Em uma sociedade igualitária e regida por princípios de justiça e fraternidade, a diferença entre culturas é desejável. A sua pluralidade correspondente à presença de diversos grupos étnicos, à diversidade de suas regiões e à associação entre tudo isto e a variedade de vocações e estilos de vida e de representação da experiência particular de um grupo ou povo no curso da realização de sua vida. Este é mesmo um dos indicadores de um estado cultural de liberdade de criação, a partir de diferenças culturais negadoras de diversidades sociais. É em nome disto que se defende, na América Latina, o direito a que todos os povos

indígenas mantenham a plenitude de suas próprias experiências culturais em todos os seus planos, da língua à religião, o que desautoriza qualquer tipo de prática cultural homogeneizadora, mesmo quando em nome de sua “integração à comunidade nacional”, mesmo quando em nome da produção de uma “genuína cultura nacional”.

Outra coisa é a desigualdade cultural decorrente de estruturas e processos de imposição de valores, de negação do direito à expressão cultural de povos, de grupos e de etnias minoritários ou dominados social e culturalmente. Na sociedade desigual uma posição estrutural entre formas sociais de participação na criação, na partilha e no consumo da cultura é o que explica a própria cultura popular. Uma cultura popular “alienada” é negadora de direitos humanos em um duplo sentido. Primeiro, ela resulta de uma imposição de conhecimentos, valores e códigos de relacionamentos interpessoais de classes e grupos hegemônicos sobre outros, traduzindo a própria relação social de desigualdade, e também o poder de uma classe em impor a outras e a outros grupos, de seu meio, uma visão de mundo e expressões de identidade que não são criações suas e não expressam a sua própria experiência no mundo; segundo, mesmo uma boa parte daquilo que se pode considerar como criação cultural popular, aquilo que os sujeitos subalternos conseguem criar através de suas próprias experiências no mundo, reflete

a sua condição subordinada. É seu, mas não traduz a sua liberdade. É “próprio”, mas não reflete a integridade de sua experiência, pois ela é privada de autonomia.

3.2. Uma proposta fundada em uma concepção contra-hegemônica: a cultura popular e o trabalho político por meio da educação e da arte

Exatamente nos mesmos anos em que surgiam várias propostas de trabalho oficiais – do governo para o povo, sendo realizadas por meio de programas em nome do “desenvolvimento” (“nacional”, “regional”, “socioeconômico”, “integrado”), “promoção social”, “organização”, “educação fundamental” –, aparecem no Brasil outros tipos de propostas criadas por grupos e movimentos que se opõem às ideias e projetos já existentes e que pretendem reinventar possibilidades de um “trabalho popular por meio da ação direta junto às camadas populares”.

Eles fizeram a crítica da intenção de controle político – através de ideias, de valores, de sentidos, de significados, de saberes, logo, de dimensões simbólicas da cultura – que se ocultava sob as vestes das propostas “oficiais” de trabalho social com o povo, e que anunciavam uma alternativa de efeito político através de alguma forma de ação social. As experiências de cultura popular subordinaram

a ideia de “desenvolvimento” à de “história”. A história é vista como o lugar cujo horizonte é o reconhecimento entre pessoas, grupos humanos, povos e nações e cujo horizonte é a “libertação” de todos, em todos os planos. Elas associavam e recolocavam o conceito de “comunidade” ao conceito de “classe”. Elas subordinavam a “organização” pela “mobilização”. Elas pretendiam transformar uma “participação” subalterna no “desenvolvimento” por uma progressiva e crescente “participação na direção” do próprio “processo da história”. Elas pensavam a tradicional “mudança de atitudes” como o acontecer da “conscientização”. De igual maneira, elas recusaram a “educação bancária”, criticada por Paulo Freire, e estendiam a “educação fundamental” aos horizontes críticos e humanistas de uma “educação libertadora”. Assim, também, elas acolheram um “desenvolvimento de comunidades” conduzido por processos de “cultura popular” (compreendido como um trabalho político através da cultura).

Deixemos uma vez mais que falem os autores individuais e coletivos da época. Que ela sirva também para acentuar, com a linguagem dos tempos dos MCPs, as diferentes maneiras como os principais conceitos com que estamos trabalhando aqui eram pensados e propostos.

Não se trata de teorizar sobre a cultura em geral, mas de agir sobre a cultura presente, procurando transformá-la, estendê-la, aprofundá-la.⁶

Para que não se transforme em cultura-para-os-trabalhadores, a cultura popular necessita ser uma totalidade que reúna dialeticamente dois polos distintos e às vezes antagônicos: integrar os interesses imediatos do trabalhador individual com o interesse profundo e objetivo da classe trabalhadora e, nessa mesma dialética, unir os interesses particulares da classe trabalhadora com os interesses gerais de todo o povo. A cultura popular somente é totalidade quando se transforma em um processo que permita a livre expansão desta complexa rede em que se articulam, em interseções ricas e variadas, motivos subjetivos e possibilidades objetivas, propósitos de grupos e paixões individuais, meios disponíveis e finalidades ambicionadas... Em uma palavra, a cultura popular deve ser a expressão cultural da luta política das massas, entendendo-se por essa luta algo que é feito por homens concretos, ao longo de suas vidas concretas. (Estevam, 1983, p. 40-1)

O movimento de cultura popular surge no Brasil como reivindicação para opor-se ao tipo de cultura que serve somente à classe dominante. É, por sua vez, um movimento que elabora com o povo (e não para o povo) uma cultura autêntica e livre. O movimento de cultura popular se apresenta como um processo de elaboração e formação de uma autêntica e livre cultura nacional e, por isto

6. *Ibidem.* p. 23.

mesmo, como uma luta constante de integração do homem brasileiro a nosso processo histórico, em busca da libertação econômica, social, política e cultural do povo. É, portanto, um movimento, por sua vez, de elaboração e de libertação. (CPC-BH, s.d., p. 85)

Cultura popular é todo processo de democratização da cultura que visa a neutralizar o distanciamento, o desnível “anormal” e anti-natural entre as duas culturas através da abertura a todos os homens – independentemente de raças, credo, cor, classe, profissão, origem, etc. – de todos os canais de comunicação... Fazer Cultura Popular é, assim, democratizar a cultura. É antes de tudo um ato de amor... Podemos então definir educação em termos de nossas análises anteriores: a instrumentalização do homem pela democratização da cultura. (Maciel, s.d., p. 143-4)

Escritas com palavras e ênfases políticas que fluíram então entre diferentes leituras do ideário marxista, mas também dos primeiros movimentos de vanguarda cristã no Brasil, as propostas de cultura popular convergiam num afã de gerar e difundir instrumentos culturais e culturalmente políticos a serviço da causa popular.

Um dos objetivos da cultura popular era a consolidação de um lugar de trabalho comum entre intelectuais eruditos e populares (artistas, educadores, cientistas, promotores e comunicadores de “uma nova cultura”) aderentes e participantes de um mesmo pro-

jeto histórico de libertação *do* povo, *com* a participação popular. No interior deste projeto de ação pedagógica, os mediadores apontam os meios, criam e colocam instrumentos nas mãos dos grupos populares, retraduzem e difundem conteúdos de compreensão da realidade social. Enfim, tornam *politicamente populares* ideias, práticas e recursos *culturalmente eruditos*. Vimos já que tornar crítica e progressivamente autônoma a *cultura tradicional do povo* significa instrumentalizá-la politicamente. Politizá-la como universo simbólico das classes populares significa participar do processo que transforma uma cultura que reflete o mundo, a condição de classe, o modo de vida e o horizonte político do dominado através do pensar imposto do dominante em uma cultura que seja reflexiva das mesmas coisas, através de um novo pensar crítico do dominado.

Se é verdade que por toda a parte existe uma espécie de invasão cultural de tipo erudito/dominante sobre a cultura popular em uma sociedade regida pela desigualdade e pela oposição entre classes sociais, então um projeto de superação da desigualdade social, da injustiça, da marginalização e até mesmo da exclusão de pessoas e de comunidades populares deveria possuir uma dimensão também cultural. E esses são os termos em que as propostas de cultura popular dos anos de 1960 propõem uma verdadeira inversão no que se pensava ser um trabalho com o povo. Essa foi a contribuição inovadora na questão

da participação de intelectuais militantes “comprometidos com o povo” no próprio projeto popular de sua libertação. Algo cuja teoria e cuja estratégia cada movimento buscava estabelecer de acordo com a sua ideologia e com os seus projetos de ação social e, no limite, de construção da história.

Evidenciar a *cultura* na *história* e depois fazer a *crítica histórica* da *cultura* não representa uma descoberta e nem mesmo uma grande novidade dos movimentos de cultura popular. Entretanto, tomar tal crítica como um ponto de partida e propor um trabalho coletivo como *história* através da *cultura*, talvez tenha sido uma idéia nova para um tipo de prática até então não realizada no Brasil.

Com a proposta de retomar as *culturas do povo* com o objetivo de motivá-las através do trabalho de participação política na vida social, realizou-se uma ação “a partir das bases populares”, destinada a recriar *com/através/para* o povo, a sua própria cultura, para conscientizá-lo *através* dela. A realização deste momento e deste novo movimento da história exigiu que deixasse de ser o lugar do “puro” pensamento e da mera contemplação da cultura, para vir a ser recuperado como um lugar político-cultural de luta e de transformação. Eis a razão de ser da cultura popular.

Trocando em miúdos, isso quer dizer que há um espaço concreto de *ação política* que se realiza na dimensão da *cultura*. Uma ação/atuação/participação

popular que, realizando-se através da própria cultura, participa da criação da liberdade. A “cultura alienada” é o solo onde floresce no oprimido a “consciência alienada”. Esta consciência é o nevoeiro que impede ver, perceber e compreender a dominação social, tal como ela existe. É o olhar-opaco que impede o ser humano de compreender sob que condições ele existe e vive e, portanto, o olhar-que-não-desvela os caminhos de uma participação na vida social através de uma organizada ação política contra tudo o que reproduz, dia a dia, a sua “condição de subalterno”.

Na linguagem bem peculiar dos documentos dos primeiros anos da década de 1960, isso implicava incentivar e instrumentalizar, de modo conscientizador, o povo. E, assim, agir cultural e pedagogicamente para que ele aprendesse a se reorganizar a partir e em torno dos elementos de sua própria cultura. Importava, também, torná-lo crítico de que tal *cultura*, criada agora por seres humanos conscientes e participativos, tornava-se, para eles próprios, a sua *cultura de classe*.

Portanto, realizar um trabalho de cultura popular junto ao povo significa assessorá-lo na tarefa de tornar-se, por si mesmo, passo a passo, capaz de ser o construtor de uma nova cultura popular a partir de novas práticas coletivas. Uma cultura despojada de valores impostos, estrangeiros e dominantes, que refletem a lógica do polo hegemônico da sociedade e sua visão da vida em sociedade. Uma cultura

nascida de atos populares de liberação que reflita, na crítica da prática da liberdade, a realidade da vida social em toda a sua transparência.

Vamos recuar alguns passos. Estamos trabalhando aqui com uma expressão para a qual podem ser atribuídos três sentidos. Cultura popular pode significar:

a) a *cultura subalterna* das classes populares por oposição à *cultura dominante* das classes dirigentes;

b) as diferentes formas de um trabalho realizado conjuntamente por/entre educadores populares e grupos populares, dirigido à produção de outra consciência, de outra cultura e de outra ordem social;

c) o resultado, nunca concluído, sempre aperfeiçoável, de um trabalho político através da cultura, que deveria desaguar em uma retotalização da *cultura nacional*, em termos de e sobre as bases de uma *cultura popular liberada*.

Uma cultura que afirme a primazia do reconhecimento e da liberdade entre os homens e que, sendo em um primeiro momento uma *cultura de classe* – das classes populares –, venha a ser depois a cultura que se abra ao desvelar do fim das relações antagônicas entre as classes sociais e se transforme em uma *cultura universal* plenamente democrática.

Assim, a cultura popular pouco a pouco se define como a prática de uma relação de compromissos e de alianças entre movimentos de cultura popular e movimentos populares, através da cultura. Entre muitas polêmicas teóricas, programáticas e práticas, a cultura popular aspira a se tornar um projeto de realização coletiva de um *trabalho educativo* (no sentido mais amplo e aberto da palavra) de vocação libertadora a ser construído como e através da *educação popular*.

A relação que sustenta a cultura popular deve ser pensada em sua dimensão dialética. Ela é um trabalho político sobre a cultura, que cria condições de transformação cultural de teor político entre as classes populares. Aí está a base do acesso do povo à participação efetiva na luta pela transformação das estruturas sociais de poder.

Retomando os símbolos e os significados de suas próprias raízes, contidos na arte popular, nos saberes populares, nas diferentes tradições populares em todas as suas dimensões e nos costumes patrimoniais, e repensando-os a partir da associação entre a sua experiência de vida e a associação com os agentes e os recursos do movimento de cultura popular, as pessoas do povo e os grupos populares podem realizar o trabalho pedagógico de sua própria tomada de consciência. O trabalho de uma transformação “de dentro para fora” de seus valores, de seus modos de pensar o mundo, a vida e o destino, de suas crenças (inclusive ou principalmente religiosas) e seus costumes.

Ora, uma cultura popular finalmente reflexiva e, não, reflexa, completaria a sua tarefa histórica quando assistisse ao dissolver-se das desigualdades entre as classes, acompanhada do surgimento de uma cultura unificada a partir do povo, que devolvesse ao imaginário de todos o seu sentido humano de universalidade.

4



CULTURA REBELDE HOJE – O SENTIDO DA EDUCAÇÃO POPULAR

O ponto de partida para a nossa reflexão sobre o “trabalho político transformador” da educação popular por meio da cultura foram as experiências brasileiras entre 1961 e 1964. No período atual, quarenta anos mais tarde, há um quase silêncio a respeito das relações entre a cultura, a educação e a educação popular. Este silêncio só é menor quando se trata de teorias, ideias, ações e métodos de trabalhos com grupos indígenas, com minorias étnicas ou com outras categorias de agentes sociais em que a dimensão cultural de suas experiências é muito visível. É como se uma modernização das críticas políticas à sociedade desigual e das propostas pedagógicas com vistas à sua superação pudesse ser agora pensada sem a “questão da cultura” e, especialmente, das culturas populares.

Expressões como “formação para a cidadania” e “prática educativa progressista” parecem querer atualizar palavras antigas extremamente sonoras e sugestivas, como “conscientização” e “pedagogia do oprimido”.

Algumas críticas devem ser feitas à maneira como nos anos de 1960 os movimentos de cultura popular pensaram a própria cultura popular e estabeleceram as suas propostas de ação cultural. Como também devem ser lembradas e ressaltadas as inúmeras contribuições que hoje nos possibilitam pensar a intencionalidade e a metodologia da educação popular.

A primeira crítica poderia ser a de uma apressada submissão da cultura à política, do símbolo ao poder. Houve sempre um evidente radicalismo em estabelecer esta relação. É como se as classes dirigentes detivessem uma espécie de poder absoluto e tivessem um interesse absoluto em utilizar os meios de comunicação e todos os artifícios simbólicos para “invadir” culturas populares e impor a elas os seus valores, segundo os seus objetivos de controle do imaginário popular e de domesticação dos subalternos. Sabemos que existem relações entre um plano e o outro, mas não são tão diretamente unidirecionais e o próprio poder deve ser pensado como uma dimensão entre outras da cultura e das múltiplas relações entre culturas, em uma mesma sociedade, ou em sociedades diferentes. Sabemos também que em suas tão diversas expressões, as culturas populares não são um mero

reflexo dos símbolos, valores, interesses e poderes das elites eruditas. De um modo ou de outro, existem espaços populares de criação original, de autonomia de expressão de si mesmos e de representação de seu mundo segundo a sua própria experiência. Sempre existiram estratégias de originalidade e de uma genuína afirmação de identidades peculiares, mais reflexivas do que apenas reflexas.

Nos últimos anos, o próprio sentido da ideia de poder e de uso político do poder tem tomado direções diferentes de como foi pensado anos atrás. Não devemos nos esquecer de que o progressivo desaparecimento dos regimes militares na América Latina, ao lado do crescimento de programas culturais públicos e principalmente dos meios de comunicação de massas, tem colocado em cena uma grande variedade de agentes e interlocutores no campo da cultura e mesmo no âmbito das propostas e projetos de/sobre as culturas populares. De maneira quase que natural esta apreciável polissemia torna hoje grosseiro um jogo de opostos como: Estado x sociedade civil, elite dominante x povo subalterno, cultura dominante x cultura dominada, alienado x conscientizado etc.

A segunda crítica é dirigida a uma uniformização das diferenças culturais populares. Desde o tempo do surgimento dos movimentos de cultura popular até anos recentes, as classificações de tipos e categorias de culturas eram estabelecidas sobre certos pares de

opostos muito rudimentares: erudito x popular; dominante x dominado; alienado x libertado; urbano x rural. Nos meios mais militantes, uma proclamada unicidade de destinos – a libertação autoconstruída do povo e a construção popular de um outro modelo de estrutura social – impunha uma opacidade teórica e empírica em relação aos diferentes modelos de cultura que surgem, comunicam-se, se interinfluenciam e se transformam. O resultado mais visível disto era uma redução motivada da complexidade das culturas, da diversidade das culturas a amplos domínios onde ela própria era obrigada a dissolver-se.

Fora a oposição popular x erudito, o que dizer dos povos e de culturas cuja diferença está nas diversidades históricas, étnicas e simbólicas, por meio das quais se reconhecem em sua imensa riqueza, culturas e tradições próprias, peculiares, mesmo dentro de uma mesma unidade ampla. Tipos específicos de “pessoas e comunidades camponesas” cujas experiências culturais não os opõem em bloco apenas às diversas manifestações populares de culturas urbanas, mas que de região para região dentro de um mesmo país tomam feições próprias e observam ritmos desiguais em suas próprias experiências de convivência com a modernidade. Novos sujeitos socioculturais que, sobretudo após se constituírem como movimentos particulares de defesa de direitos humanos, descobrem em si mesmos a evidência de serem também

sujeitos de culturas originais. Descubrem por si mesmos a maneira como alguma forma de participação em movimentos sociais atualiza de dentro para fora esta “cultura em processo” que, entre iguais culturais, quando olhados desde um ponto de vista mais amplo, abre as portas à possibilidade ampliada da afirmação de diferenças culturais de identidade, de *ethos*, de estilo de vida e mesmo de projeto social.

Ao contrário do que aconteceu nos tempos da criação pioneira de um conceito crítico de cultura popular, como uma forma de ação política através da cultura, a especialização dos movimentos sociais e uma vasta convergência de propósitos e horizontes tem obrigado a uma urgente revisão do “lugar da cultura” em toda a experiência dos movimentos populares e das organizações não-governamentais associadas de alguma maneira a eles.

É difícil hoje lidar com algo como a “classe popular”, desde onde seja possível partir de uma *cultura popular* para se chegar a uma *cultura de classe*. Lidamos com movimentos de indígenas e movimentos de grupos indígenas específicos. Como frente de lutas de negros, de minorias étnicas, de sujeitos socialmente marginalizados, de categorias profissionais, de agentes específicos de arte ou cultura, de seres humanos empenhados na busca política da paz entre todas as pessoas e todos os povos, de neomilitantes dos direitos humanos, da questão ambiental e de participantes

de movimentos de preservação da natureza como um dever humano. Mesmo que o horizonte da história a todos unifique, não são apenas questões muito particulares ou que na prática especializem os movimentos e os grupos, mas também as diferenças de identidade e de culturas dentro das quais todos eles se movem.

Nesse sentido, retomamos o fundamento teórico-metodológico da educação popular: a Filosofia da História. Enfatizamos a necessidade dos movimentos de cultura popular pensarem seu papel e sua atuação tendo como base a compreensão do ser humano a partir da produção da cultura. O processo social de criação de cultura é o que atribui ao ser humano a possibilidade de afirmar-se como um ser com consciência a respeito do seu saber e potencializar formas de compartilhá-lo.

Sabemos que, assim como não houve origens comuns para o acontecimento das culturas, também não há ritmos ou direções iguais e convergentes para o desenvolvimento de culturas populares (indicadores são incapazes de traduzir os seus verdadeiros significados como uma experiência simbólica de vida de um grupo humano). A própria relação entre tradição e modernidade é algo cuja tensão somente pode ser vivenciada e tornada significativa de dentro para fora de cada cultura.

Esta é uma ideia que valia antes para uma compreensão teórica da cultura, como entre os antropólogos,

por exemplo. Mas ela tem hoje um valor muito grande mesmo ou principalmente nos movimentos populares. Se o que está em jogo não são apenas as faces “materiais” dos direitos humanos, mas todas as dimensões dos direitos à identidade, à realização da vida individual e coletiva segundo padrões próprios e ritmos peculiares de existência, então a maneira como tudo isto se combina e transforma é uma questão interna a cada grupo cultural, em cada tipo de experiência comunitária ou de movimentos sociais.

Um conjunto mais atual de experiências de movimentos sociais, tão motivadamente diferenciados em suas origens, objetivos e destinos de realização, aos poucos deslocou em boa parte um foco político sobre a ideologia para um foco mais cultural, centrado em questões de identidade sociocultural e ética de relações.

De alguma maneira, passamos a propósitos e propostas ideológicas, tão uniformes quanto possível, à ideia de que, afinal, as próprias ideologias são, também elas, construções culturais. Elas são maneiras próprias através das quais grupos de atores sociais criam símbolos e significados que, em suas origens, traduzem olhares particulares a respeito de si mesmos, de sua visão de mundo e de suas estratégias de condução do poder e de transformação da sociedade.

Em suma, ideologias políticas são construções particulares, ainda que humanamente convergentes. Muito mais do que ao tempo do surgimento dos

movimentos de cultura popular, na mesma medida em que os movimentos sociais são sensíveis às diferenciações de seus sujeitos e dos seus objetivos, eles próprios tendem a se diferenciar de uma maneira extraordinária de acordo com o foco de sua atuação.

Ao lado dos antigos e ainda tão indispensáveis movimentos populares de luta pelo direito à terra e pela reforma agrária, envolvendo os homens e mulheres do campo em praticamente todos os países do continente, surgem por toda parte novos movimentos ambientalistas, associados a grupos sociais organizados em torno a lutas pelos direitos humanos e a conduta democrática plena à cidadania. Eles emergem revisitando ideais de compreensão universal, de paz entre todos os homens e de pacificação nas relações entre a sociedade e a natureza.

A cada dia surgem novas palavras, novos olhares de crítica e novas (algumas, tão velhas!) aspirações que em boa medida não se contrapõem, mas se somam aos antigos e atuais movimentos sociais voltados à cultura popular.

Se em algum momento do passado foi suposto que haveria diferenças cruciais entre alguns destes antigos e novos movimentos, agora estamos um pouco mais sensíveis a buscar, em nome dos ideais irredutíveis de justiça, igualdade, paz e solidariedade, o que possa haver de fecundamente convergente entre todos eles.

Quaisquer que tenham sido as observações que nos anos seguintes tenham sido dirigidas ao pensarem e projetaram realizar os antigos MCPs, pelo menos duas entre outras contribuições deles devem ser lembradas aqui.

Apesar do caráter francamente “determinista” do modelo usual de análise de conjuntura da realidade social e, também, apesar de um ingênuo simplismo na maneira como se acreditava poder atuar politicamente através da *cultura do povo*, redimensionadas como uma *cultura nacional* autônoma, consciente e revolucionária, havia um propósito de inserir o processo da cultura no interior de uma integração de dimensões da própria vida social que parece haver se diluído nas experiências de ação cultural mais recentes.

Esta é uma segunda contribuição dos movimentos de cultura popular do começo da educação popular na América Latina que merece ser lembrada aqui. Nunca antes os sujeitos das classes populares, os camponeses, os povos indígenas foram com tanta ênfase convocados a assumirem a sua própria passagem de agentes econômicos a atores sociais responsáveis pela realização de sua própria história.

As propostas atuais de projetos de educação popular, de educação e direitos humanos, de educação para a paz, um apelo à democratização da cultura associado a um desejo de realização social dos direitos de cidadania estendidos a todas as categorias de

peças, por igual, não parecem possuir como proposta hegemônica a mesma aposta no poder de organização e de transformação do povo, a partir de seu próprio trabalho político. Um trabalho de reinvenção do poder, capaz de construir na história uma sociedade plenamente solidária, em que à cultura cabe um duplo papel. O de ser, durante o processo de sua construção, uma instância crítica de democratização efetiva de símbolos, de valores e de significados da vida social. O de ser, em sua completa realização, a própria evidência simbólica da comunicação livre e igualitária entre todas as pessoas.

5



CONSIDERAÇÕES ACERCA DA CULTURA REBELDE EM TEMPOS DE FLUIDEZ

Para dialogarmos a respeito da *educação popular*, pensando nas contribuições do passado e nos desafios da atualidade, devemos reconhecê-la como uma *educação humanizadora*. Uma educação para a qual a pessoa que se educa está destinada a *conviver* e a *ser* a partir do que estará sempre adquirindo e reconstruindo em si mesma com-e-atraves de seus outros, em e entre comunidades aprendentes. Aprendendo o saber das teorias mais, e mais densamente, o saber que provém da experiência vivenciada de uma afetiva, efetiva e crescente formação pessoal e interativa. Uma vida de busca do outro e de compartilhamento como sentido

dela própria no cotidiano, como fundamento da razão de ser da experiência humana no mundo.

Além dessa dimensão subjetiva, a educação popular possui um sentido político, do compromisso e “cuidado” do cidadão com a *polis*, da participação assumida para a construção de seu mundo de vida cotidiana e, por extensão, da história de seu tempo.

Diante dessa complexidade que envolve a educação popular, decorrente de elementos objetivos e subjetivos, retomamos questões importantes e recorrentes que incidem diretamente na sua concretização. A primeira questão refere-se a sua essência.

Temos defendido com frequência a ideia de que a educação popular recobre, êmica e eticamente¹, toda uma trajetória *na* e *da* educação ao longo de sua história do Brasil.

A partir do final da década de 1950 surgiram vários trabalhos de educação voltados para as camadas populares, tendo em comum o desejo

1. “Êmico” e “ético”, aqui, no sentido usado corriqueiramente na antropologia, e derivados de “fonêmico” e de “fonético”. Ao primeiro termo correspondem os nomes e os sentidos dados a algo de uma cultura pelos participantes ativos da própria cultura (como os termos que designam os objetos, os símbolos e os gestos com que se vivem os sentidos peculiares de um ritual). Ao segundo correspondem os termos conceituais e as interpretações de sentido dados por alguém alheio a esta cultura, como aqueles que uma antropóloga, pesquisadora de um ritual indígena, utiliza para descrevê-lo e interpretá-lo.

de contribuir para a construção de uma sociedade mais justa e democrática. Educação de base, educação de adultos, educação popular, os nomes eram vários de acordo com a conjuntura social e política do momento. A partir da segunda metade dos anos 1970, a expressão “educação popular” passou a ser a mais usada. A educação popular é muitas vezes confundida com educação informal ou educação não-formal – o que significa não referida ao sistema escolar formal. Creio porém que essa redução acaba por não considerar as iniciativas de diversas escolas que, em diferentes lugares deste país, procuram levar adiante uma educação crítica, voltada para a expansão da autonomia e da responsabilidade social de seus alunos... Pode-se considerar que a expressão “educação popular” designa uma proposta de educação, uma intenção, uma diretriz, um rumo – que se realiza em diversas atividades, formais ou informais. (Costa, 2000, p. 11-2)

De alguma maneira, em semelhança com a ideia de Beatriz Costa (2000), acreditamos que a educação popular é uma concepção de educação. É uma investidura, em intencionalidade, do sentido social das ideias e das práticas pedagógicas.

Ao longo da trajetória da educação popular no Brasil surgiram inúmeras interpretações e atribuições dadas a ela. Nos setores mais vinculados aos movimentos sociais e trabalhos de base nas comunidades ela foi compreendida como um instrumento político-pedagógico “a serviço das classes populares”. No entanto, a ideia

mais difundida entre nós a respeito do que é a educação popular insiste em associá-la a um trabalho pedagógico multivariado, realizado de preferência por setores mobilizados da sociedade civil. Em seu nome, dentro e fora do âmbito da escola – tomada aqui no seu sentido mais institucional e mais didaticamente profissional – o seu sujeito preferencial são membros das classes subalternas. Entre esses dois extremos estavam e estão, de um lado, aqueles que defendem ser a educação popular uma entre as formas de preparação das classes populares para algum tipo de transformação social decorrente de uma tomada do poder e para a instauração de uma alternativa socialista à sociedade “capitalista e opressora”. E estão do outro lado aqueles para quem a educação popular é um instrumento cultural, destinado a elevar de maneira justa e não-supletiva a qualidade de vida das pessoas e das famílias excluídas, a começar pela oferta de um tipo de educação que instaure nele a plenitude da *peessoa cidadã*.

Em uma ou na outra direção – mas, com maior ênfase, na primeira direção e em suas variantes vizinhas –, tanto ontem como hoje, o que caracteriza a educação popular é o seu esforço em recuperar como novidade a tradição pedagógica de um trabalho fundado em, pelo menos, quatro pontos:

a) o mundo em que vivemos pode e deve ser transformado continuamente em algo melhor, mais justo e mais humano;

b) esta mudança contínua é um direito e um dever de todas as pessoas que se reconheçam convocadas a participarem dela;

c) a educação possui aqui um lugar não absoluto, mas importante, pois a ela cabe criar possibilidades para que as pessoas sejam destinadas a se verem como coconstrutoras do mundo em que vivem, o que significa algo mais do que serem preparados para viverem no limite dos produtores de bens e de serviços em mundos sociais que conspiram contra as suas próprias humanidades;

d) aos excluídos dos bens da vida e dos bens do saber, o direito à educação, que, além de ser uma educação de qualidade, seja também um lugar em que a cultura e o poder sejam pensados a partir deles: de sua condição, de seus saberes e de seus projetos sociais².

2. Sobre o passado e atualidade destas questões, além de trabalhos antigos e atuais bastante conhecidos, entre Paulo Freire, Beatriz Costa, Osmar Fávero, Luis Eduardo Wanderlei, Celso Beigisel, Moacir Gadotti, Rosa Maria Torres, Pedro Benjamim Garcia, Oscar Jara, Marcela Gajardo, Sergio Rodriguez, Luis Eduardo Garcia-Huidobro e tantos outros, queremos indicar alguns livros recentes. Um deles é *Educação popular em busca de alternativas – uma leitura desde o campo democrático e popular*, de Conceição Paludo, publicado pela Tómo Editorial em parceria com o Camp, de Porto Alegre, em 2001. O outro é a excelente coletânea de artigos reunida em *Educação popular hoje – variações sobre o tema*, coordenado por Marisa Vorraber Costa e publicado pela Edições

Pois bem, como está a educação popular *hoje*? Como e quais práticas político-pedagógicas são realizadas com crianças, adolescentes, jovens, adultos e idosos reconhecidos como de algum modo pertencentes a “classes”, “segmentos” ou “culturas” *populares* hoje no Brasil?

O “popular” não é tomado aqui somente como um adjetivo de teor ideológico, mas consideramos as condições materiais concretas das pessoas. **Seguidos censos nacionais do IBGE têm demonstrado** que entre mendigos, desempregados crônicos, famílias abaixo do nível social da pobreza segundo critérios da ONU, trabalhadores submetidos a salários mínimos, as pessoas populares somam cerca de $\frac{2}{3}$ das e dos brasileiros. Pois bem, de que “educação” pode ou deve participar esta imensa maioria de pessoas na atual conjuntura brasileira?

Elas podem participar da educação oferecida pelas escolas públicas: os estabelecimentos de ensino municipais, estaduais ou mesmo federais. Além do que existe como oferta regular, podem se inserir, quando jovens ou adultos analfabetos, por exem-

plo, em campanhas provisórias ou em movimentos e programas de educação de jovens e adultos (EJA). Elas podem participar de uma educação oferecida por instituições conveniadas quando uma escola, por exemplo, é mantida com recursos públicos e com recursos e trabalhos civis, particulares, empresariais ou organização não-governamental (ONG). Elas podem participar de diferentes tipos de agências de treinamento, de qualificação profissional ou de formação da pessoa, criadas e mantidas por instituições patronais. Os casos e exemplos são mais numerosos do que imaginamos.

Finalmente, elas podem participar de experiências pedagógicas oferecidas por instituições civis e, de algum tempo para cá, de cenários pedagógicos sob a responsabilidade de governos municipais ou mesmo estaduais, cuja proposta de trabalho cultural através da educação inclui, de algum modo, as palavras e as ideias contidas no ideário da educação popular.

Como um exercício para pensar e buscar sentidos, nos concentremos nas duas últimas possibilidades. Sabemos que existe um interesse crescente das empresas capitalistas (nacionais e o internacionais) pela educação:

a) preocupam-se em qualificar os seus “quadros”, qualquer que seja o seu nível, sabendo que, a cada dia mais, possuir “pessoal” competente, educa-

Loyola, de São Paulo, em 1998. Um terceiro é a não menos proveitosa coletânea de textos organizada por Pedro Benjamim Garcia em *O pêndulo das ideologias – a educação popular e o desafio das ideologias*, publicado pela Relume-Dumará, do Rio de Janeiro, em 1994.

do e treinado é essencial para a eficácia da produção e o andamento dos negócios (a “qualidade total” está fundada na qualificação competente de “quadros”);

b) procuram intervir em políticas e em propostas de educação, sabedores de que delas poderão resultar benefícios para o andamento e o desenvolvimento da estrutura e da lógica do mundo dos negócios, em um cenário cada vez mais “competitivo”;

c) investem diretamente em educação, como um crescente “bom negócio” entre outros negócios dignos de aplicação financeira³.

Na sociedade capitalista, a pessoa educada é o sujeito produtivo e o lugar onde se afere o valor-de-uso ou o valor-de-troca do saber não é a sociedade em que se vive, mas o mercado em que se produzem tipos de bens e serviços, modos de poder e estilos culturais, o “ser alguém na vida”. Isto é, uma pessoa educada para ser o sujeito competente, competitivo e produtivo em um mercado em que tudo se vende e compra, e onde importa ver o sujeito produtivo transformado em um

ator de um consumo que, dizem, move e moverá o que se dá o nome de “nosso mundo”. Um mundo que, vemos e sabemos, globaliza economias e esquece de planetarizar pessoas livres e felizes. E não tanto pelo que compram, mas através do como conseguem ser e viver as suas vidas. Uma vida em que o trabalho e o mercado deveriam ser uma estação por onde se passa e nunca a viagem que se faz.

Portanto, no contexto atual, permanece presente nas ações destinadas à classe ou setores populares uma diversidade de teorias e práticas que estão fundadas em uma diferença muito essencial: intencionalidade das interações – de que decorrem seus processos e seus produtos. No caso da educação profissionalizante, por exemplo, destinada majoritariamente às pessoas que não conseguem acessar a universidade e dirigidas a alguma forma de trabalho operacional, não existe, por certo, uma motivação forte em alterar na pessoa do sujeito-aprendente mais do que as suas qualidades enquanto um aprendiz que se capacita e habilita a um tipo adequado e competente de exercício produtivo. Há uma instrumentalização funcional da educação que passa a ser dirigida pelas ações de mercado, crescente no imaginário de educadores e nas experiências didáticas das escolas.

Em direção oposta, acreditamos que, ontem e hoje, a educação popular toma os seus sujeitos-educandos como atores ativos de um tipo de trabalho

3. A respeito deste tema, seria oportuno ler com atenção *O banco mundial e as políticas educacionais*, organizado por Livia de Tommasi, Miriam Jorge Warde e Sérgio Haddad e publicado pela Cortez Editora em convênio com a PUC-SP e Ação Educativa, em 2000.

ao redor do ensinar-e-aprender. Um exercício cultural através da educação, em que a participação pessoal e interativa nos próprios processos de decisão a respeito de tudo o que envolve a comunidade aprendente de que tais atores são parte, faz parte da essência do próprio trabalho pedagógico. Eis o momento em que iniciativas tais como conselhos de escola, constituinte escolar, relação escola-comunidade, orçamento participativo, economia solidária, organização de base e formação política deixam de ser (ou deveriam deixar de ser) figuras de retórica partidária ou de determinados movimentos sociais para se transformarem no próprio fundamento do processo de criação e de consolidação de práticas emancipatórias. E isto está ligado a um outro ponto de origem da educação popular. O reconhecimento dos sujeitos como pessoas humanas e como atores sociais cujos direitos à participação dos processos de decisão sobre as suas vidas, sobre os seus destinos e, mais ainda, sobre os da sociedade em que vivem e da cultura de que são parte e partilham vão muito além do âmbito da aprendizagem institucional. Ela assume como tarefa sua a formação integral, crítica e criativa do todo da pessoa de seus educandos. Ela revisita sem cessar uma imagem cara a Paulo Freire: ensinar a pessoa a ler palavras é apenas o primeiro passo de um ensino-sem-fim do “ler o seu mundo”. Habilitar atores produtivos em termos de trabalho

é apenas uma primeira ou segunda estação de uma viagem que passa também pela e que deságua na formação do sujeito político, do cotidiano do bairro à história de seu tempo.

Assim, hoje, no início do século 21, a *educação popular* dever ser realizada de forma a reafirmar a sua essência, o compromisso com a causa do povo e uma prática pedagógica que pergunte às pessoas quem elas são, que se abre a ouvi-las dizer como elas desejam e não desejam ser; em que mundo querem viver; a que mundo de vida social estão dispostas a ser preparadas para preservar, criar ou transformar. Claro, ontem como hoje, este tipo de intenção pode parecer algo muito ilusório; pode parecer mesmo uma utopia. Mas se a educação empresarial dirigida a não-empresários trata de criar pessoas para um tipo de mundo social, porque não acreditar – se nós cremos que ele não é “o melhor dos mundos” – que é possível pensar e pôr em prática, inclusive por meio do aparato público (“público” quer dizer: “de todos nós”), um tipo de educação que sonhe participar, dentro e fora da sala de aula, da criação de pessoas capazes de aprender a conhecer e a compreender por conta própria, mas umas através das outras, o tipo de sociedade em que vivem. Isso quando cremos que “um outro mundo é possível”.

Em um plano mais amplo, a educação popular deve criar condições para que o sujeito seja um ator cul-

tural do dever solidário de criar, passo a passo, o mundo social da crescente plenitude dos direitos humanos, estendidos a todos em todas as suas dimensões. Antes de tornar-se um profissional competente em sua área de interesse ou de vocação, ele estuda, cria saberes, aprende e ensina, sendo e para ser a pessoa participante que se envolve em tornar-se corresponsável pela construção deste mundo. Apenas no contexto deste quadro universal em que somos criadores críticos de nossos mundos de vida cotidiana e dos rumos de nossos destinos e da história que fundamos é que faz sentido sermos, também, uma força de trabalho. Esta é também a diferença entre o “fazer a vida vencer” e o “vencer na vida”. Que não se veja aqui um jogo de palavras!!!

Vemos à nossa volta um crescimento ameaçador de estilos de educação voltados a criar atores sociais profundamente competitivos, individualistas e voltados a um projeto de realização de vida por meio da concorrência em busca do “sucesso”. De um sucesso desenhado em uma escala sem fim, não raro sugerido como a razão do viver e a chave de toda a felicidade. Ora, a educação popular pretende conspirar contra isto. Pretende ser “uma outra educação viável”. Sim, uma outra concepção, uma alternativa. Um projeto múltiplo, mas convergente em ser o de uma educação francamente oposta a toda a criação de pessoas, de vocações e de identidades regidas pelo mercado.

No entanto, a complexidade do momento em

que vivemos é tanta que resulta difícil identificar as práticas condizentes com um “projeto neoliberal”. Nesse sentido, seria uma desistência ingênua não nos darmos conta de que este é, também, um momento de escolhas. Um tempo de opções entre formas sociais de criar e viver a experiência polissêmica da educação, onde mais do que nunca projetos de reprodução ou de recriação de mundos sociais são divergentes, mais do que apenas diferentes.

A educação popular se volta contra o fundamento do modelo de sociedade, de práticas sociais associadas ao trabalho e ao capital, e de pessoas submetidas a uma tal vida e adequadas a uma tal lógica de trocas de bens, de serviços e de sentidos mercadológicos. Eis porque, em suas formas atuais, experiências de educação popular não têm problemas em criar comunidades e pessoas aprendentes culturalmente desajustadas no tipo de mundo em que vivem. Pessoas que, desde o lugar de chão dos excluídos a que foram socialmente condenadas, acreditam com os seus educadores que a educação não muda o mundo. Mas que ela muda pessoas. E que pessoas transformam os seus mundos.

Portanto, a educação deveria estar também dirigida a lidar com pessoas para quem aprender venha a ser algo próximo ao transformar-se em um alguém consciente e motivado a participar com outros de um trabalho cultural e político destinado a criar um

outro tipo de vida social, mais justa, mais humana, mais igualitária, mais livre, mais solidária.

O lugar que avalia o efeito da educação não é nem ela própria e nem o mercado do capital. É a qualidade da própria vida cotidiana, medida (se isto se mede) pelo envolvimento de mais e mais pessoas dispostas a serem, como dizíamos há muitos anos – e por que não repetir agora? – “sujeitos protagônicos de seu próprio destino”. “Protagônico” parece uma palavra pedante para os participantes dos grupos de base da educação popular. A menos que se diga a ele que a história dos grandes heróis montados a cavalo, com espadas e esporas, foi construída por mulheres e homens como eles. A menos que se diga a eles que “protagônico” pode ser alguém que se junta com outros para construir juntos, ativos, conscientes e participantes, o seu próprio mundo, a sua própria vida.

Para reafirmarmos e ressaltarmos o significado da educação popular na atualidade é conveniente apontarmos alguns elementos que definem a educação popular:

a) é uma concepção fundamentada em um referencial teórico-metodológico que parte da vivência e da prática concreta dos sujeitos para desvelar a conjuntura, os aspectos culturais e estruturais, na perspectiva de recriar o conhecimento e a ação transformadora;

b) exige uma coerência entre a concepção teórico-metodológica e o posicionamento político-pedagógico: a intencionalidade de construir a autonomia e emancipação dos sujeitos;

c) os sujeitos populares são reconhecidos como protagonistas do seu aprendizado e de sua emancipação – a aprendizagem é compreendida como processo e não como produto ou resultado;

d) o diálogo e o conflito são constitutivos do processo de aprendizagem, que deve se pautar e construir valores éticos, democráticos e emancipatórios.

Frente a essa compreensão de que a educação popular é uma concepção de educação, evidencia-se que esta possui uma “causa” e uma intencionalidade – a construção da autonomia dos sujeitos oprimidos. A materialidade dessa concepção ocorre por meio de práticas pedagógicas em diversos espaços: escolas populares, movimentos e projetos sociais populares, pastorais sociais, ONGs, associações, sindicatos etc. Embora a tarefa da educação popular seja histórica – a transformação da realidade opressora na perspectiva da libertação dos sujeitos –, a forma como o enfrentamento ocorrerá dependerá dos aspectos da conjuntura.

Nesse início de século 21, a educação popular vem sendo concretizada em diferentes espaços edu-

cativos, tanto formais como informais. Espaços estes que, por meio da vivência da educação popular, revelam as contradições, experimentam o conflito, o medo e a ousadia, buscam o diálogo e a cumplicidade rumo à intencionalidade provocada por essa concepção de educação:

a) no espaço escolar, a educação popular tem buscado aprofundar a relação escola-comunidade, como também democratizar a gestão e construir o protagonismo infanto-juvenil;

b) nos governos populares e nos projetos de ONGs progressistas, a educação popular tem sido a referência para fomentar a participação popular no controle social das políticas públicas e nos espaços de democracia participativa – conselhos e fóruns;

c) nos projetos e movimentos culturais e étnico-raciais, a educação popular revela a prática da resistência, da amorosidade, da tradição, da criatividade, da estética e da solidariedade;

d) nos movimentos sociais e sindicatos populares, a formação política e as estratégias de luta permanecem sendo construídas pela educação popular, que na atual conjuntura enfrenta o desafio de construir a unidade na diversidade, superando a frag-

mentação para construir uma força com uma proposta alternativa; isto implica fortalecer as redes e as articulações de iniciativas populares por meio de processos pedagógicos críticos e propositivos.

A educação como prática de liberdade, ao contrário daquela que é prática de dominação, implica a negação do homem abstrato, isolado, solto, desligado no mundo, assim também a negação do mundo como uma realidade ausente nos homens. (Freire, 2002, p.70)

Embora a conjuntura apresente permanentes e novos desafios, a prática pedagógica fundamentada na concepção de educação popular só será garantida se assumirmos a sua dimensão política, estética e ética. Isso implica a aceitação do novo, a rejeição da discriminação e a reflexão crítica sobre a prática, sem abrir mão do rigor metodológico, da pesquisa, da competência, da criticidade, do respeito aos diferentes saberes e do comprometimento.

Por essa concepção, o diálogo pode criar, no processo de construção do conhecimento, possibilidades para os sujeitos se compreenderem como em constante aprendizado e se assumirem responsáveis por ações que garantam atitudes e vozes. Portanto, que rompam com as diversas formas de opressão vigente em nossa sociedade e também revelem a diversidade cultural, étnica e de gênero.

A conscientização não pode parar na etapa do desvelamento da realidade. A sua autenticidade se dá quando a prática de desvelamento da realidade constitui uma unidade dinâmica e dialética com a prática da transformação. (Freire, 1981, p. 117)

A conscientização da totalidade implica um processo dialético de aproximação da realidade, leitura de mundo para desvelar sua organização e as contradições que lhe são inerentes. A decodificação e problematização da realidade em sua diversidade requerem uma cisão e uma reorganização dos saberes e práticas em uma nova interação, o que configura a transformação da realidade, uma das transformações possíveis pela educação popular, ontem e agora.



BIBLIOGRAFIA

- AZEVEDO, Fernando, 1963. *A cultura brasileira: introdução ao estudo da cultura no Brasil*. Brasília (DF): Universidade de Brasília.
- BARREIRO, Julio, 1982. *Educação popular e conscientização*. Petrópolis: Vozes.
- BERGER, Thomas; LUCKMANN, Thomas, 1998. *A construção social da realidade*. Petrópolis: Vozes.
- BEISIEGEL, Celso de Rui, 1974. *Estado e educação popular*. São Paulo: Editora Pioneira.
- BOFF, Clodovis, 1996. *Como trabalhar com o povo*. Petrópolis: Vozes.

- BRANDÃO, Carlos Rodrigues (org.), 1984. *Pesquisa participante*. São Paulo: Brasiliense.
- _____, 1987. *Repensando a pesquisa participante*. São Paulo: Brasiliense.
- _____, 2001. *De Angicos a ausentes – 40 anos de educação popular*. Porto Alegre: Corag.
- BRITO, Jomard Muñiz de, 1983. Educação de adultos e unificação da cultura. In: FAVERO, Osmar. *Cultura popular e educação popular – memória dos anos sessenta*. Rio de Janeiro: Graal.
- CALDART, Roseli, 1997. *Educação e movimento – formação de educadores no movimento dos trabalhadores rurais sem terra*. Petrópolis: Vozes.
- CASTRO, Arturo et al., 1994. *Educación popular ambiental en América Latina*. Pátzcuaro (México): Ceaal/Reed.
- CASTILHO, Afonso; LATAPI, Pablo, 1983. Educação não-formal de adultos na América Latina. Brasília: [s.n.]. v. 2, n. 18, p.11-23, ago/nov.
- CAMPOS, Maria Malta, 1982. *Escola e participação popular: a luta por educação elementar em dois bairros de São Paulo*. Tese de Doutorado. São Paulo: Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas/ Universidade de São Paulo (FFLCH/USP).
- CHAUÍ, Marilena de Souza, 1993. *O que é ideologia*. São Paulo: Brasiliense.
- COELHO, Elizabeth Pereira, 1987. *Os libertários e a educação no Rio Grande do Sul*. Dissertação de Mestrado. Porto Alegre: Faculdade de Educação/Universidade Federal do Rio Grande do Sul.
- COELHO, Ildeu Moreira, 1996. *Realidade e utopia na construção da universidade: memorial*. Goiânia: Universidade Federal de Goiás.
- CONTEMPORANEIDADE E EDUCAÇÃO – Revista Semestral Temática de Ciências Sociais e Educação, 1996. Rio de Janeiro, nº 0, ano 1, setembro.
- COSTA, Beatriz, 1987. *Para avaliar uma prática em educação popular*. Petrópolis: Nova/Vozes, “Cadernos de Educação Popular”.
- _____, 2000. Educação popular – sempre um debate. *Revista Tempo e Presença*. Rio de Janeiro, ano 22, julho/agosto.
- CPC-BH – Centro Popular de Cultura de Belo Horizonte, s.d. *O que é cultura popular – Cultura Popular e Educação Popular*. Belo Horizonte: CPC-BH.

- CUNHA, Luiz Antônio, 1978. *Aspectos sociais da aprendizagem de ofícios manufatureiros no Brasil colônia*. Fórum Educacional. Rio de Janeiro, v. 2, n. 4, outubro/dezembro.
- ENGELS, Friederich; MARX, Karl, 1932. *A ideologia alemã*. São Paulo: Martin Claret.
- ESTEVAM, Carlos, 1983. A questão da educação popular. In: FAVERO, Osmar. *Cultura popular e educação popular – memória dos anos sessenta*. Rio de Janeiro: Graal.
- FAVERO, Osmar, 1983. *Cultura popular e educação popular – memória dos anos sessenta*. Rio de Janeiro: Graal.
- FREIRE, Paulo, 1967. *Educação como Prática da Liberdade*. São Paulo: Paz e Terra.
- FREIRE, Paulo, 1981. *Ação cultural para a liberdade*. 5ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- FREIRE, Paulo, 1983. Conscientização e Alfabetização – uma nova visão do processo. In: FAVERO, Osmar. *Cultura popular e educação popular – memória dos anos sessenta*. Rio de Janeiro: Graal.
- GARCIA HUIDOBRO, Juan Educarado; MARTINIC, Sergio, 1983. Educación popular en Chile – algunas proposiciones básicas. In: *ECO – Educación y sociedad*, 1. La Educación Popular en Chile Hoy, abril.
- GEERTZ, Clifford, 1989. *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: Zahar.
- HABERMAS, Jurgen, 1975. *Tecnologia e ciência enquanto ideologia*. São Paulo: Abril. (Os pensadores)
- HADDAD, Sérgio; DEL PIERO, Maria Clara (orgs.), 1994. *A educação no Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra de Bagé e Sarandi*. Brasília: Inep.
- HADDAD, Sérgio; DE TOMAZZI, Livia; WARDE, Míriam J. (orgs.), 1996. *O Banco Mundial e as políticas educacionais*. São Paulo: Cortez Editora/PUC-SP/Ação Educativa.
- LENHARDT, Genro, 1996. Educação formal, cidadania e força de trabalho. Rio de Janeiro, *Contemporaneidade e Educação*, s/n, SP, 1996.
- MACIEL, Jarbas, s.d. Fundamentos teóricos do sistema Paulo Freire de educação. In: CPC-BH – Centro Popular de Cultura de Belo Horizonte. *O que é cultura popular – Cultura Popular e Educação Popular*. Belo Horizonte: CPC-BH.
- MEB, 1983. Cultura popular: notas para um estudo. In: FAVERO, Osmar. *Cultura popular e educação popular – memória dos anos sessenta*. Rio de Janeiro: Graal.

MORAES, Maria Cândida, 1996. Implicações educacionais do novo paradigma. In: *O paradigma educacional emergente*. Campinas: Papirus.

NETO, Luiz Bezerra, 1999. *Sem terra aprende e ensina – estudo sobre as práticas educativas do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra*. São Paulo: Autores Associados.

PAIVA, Vanilda Pereira, 1987. *Educação popular e educação de adultos*. 4. ed. São Paulo: Loyola.

PAIVA, Vanilda Pereira (org.), 1996. *A atualidade da Escola de Frankfurt*. Rio de Janeiro: Instituto de Estudos da Cultura.

PALUDO, Conceição, 2001. *Educação popular em busca de alternativas – uma leitura desde o campo democrático e popular*. Porto Alegre: Tomo Editorial.

SAVIANI, Demerval, 2000. *Pedagogia Histórico-Crítica*. Campinas: Autores Associados.

SILVA, Tomás Tadeu da, 2000. *Teoria cultural e educação – vocabulário crítico*. Belo Horizonte: Autêntica.

SPÓSITO, Marília, 1993. *A ilusão fecunda – a luta pela educação nos movimentos populares*. São Paulo: Hucitec/Edusp.

VASCONCELOS, Eymard Mourão, 2001. *A saúde nas palavras e nos gestos – rede de educação popular e saúde*. São Paulo: Hucitec.

_____, 2000. Redefinindo as práticas de saúde a partir de experiências de educação popular nos serviços de saúde. *Interface - Comunicação, Saúde e Educação*, Botucatu, v. 5, n. 8, p. 121-126.

YOUENAR, Marguerite, 1983. *De olhos abertos – entrevistas a Mathieu Galey*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira.

Nota dos autores:

Alguns dos textos colocados aqui foram retirados de documentos de época, em tempos de ditadura. Eram documentos em mimeógrafo, sem indicações de lugar, data e autor. Outros foram retirados de textos depois reunidos por Osmar Fávero no livro Memória dos Anos Sessenta – Cultura Popular e Educação Popular, da Editora Graal. Outros são textos retirados de autores hispano-americanos cujas referências estão perdidas entre muitos papéis.



Este segundo número da série **Cultura Rebelde** é uma analogia ao papel e significado histórico da Educação Popular. Rebeldia que transcende o tempo e o espaço, portanto vale para o ontem e vale para o agora.

A partir de reflexões, numa abordagem sócio-histórica, sobre as vivências político-pedagógicas – os desafios, a intencionalidade e as formas de atuação – os autores sustentam que a Educação Popular ainda não cumpriu inteiramente a sua tarefa: a de propiciar a humanização e a libertação de todos os sujeitos que sofrem com as opressões e as exclusões políticas, econômicas e culturais.

É essa tarefa que tem motivado a realização e consolidação de ações para fortalecer as iniciativas populares da sociedade civil para enfrentar a dominação e a restrição impostas pelo Estado brasileiro e pela forma de organização da sociedade contemporânea. O livro retrata a tradição de cultura e Educação Popular dos anos sessenta, tendo em Paulo Freire o seu grande inspirador, e procura mostrar que ambas, como pensamento e como ação, estão vivas e presentes nos dias de agora.

ISBN 978-85-61910-29-7



Ed,L

Editora e Livraria
Instituto
Paulo Freire